

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO



EDUCAÇÃO NÃO FORMAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
ATIVISMO JUVENIL: O CASO DE ORGANIZAÇÕES NÃO
GOVERNAMENTAIS PORTUGUESAS

Beatriz Alves de Matos

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Área de especialidade em Desenvolvimento Social e Cultural

Dissertação de Mestrado orientada pela Professora Doutora Paula Cristina da
Encarnação Oliveira Guimarães

2023

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente à Professora Doutora Elza Neffa pela partilha de conhecimento, sabedoria e inspiração sem a qual esta pesquisa não seria possível.

Em igual tamanho, um obrigada à Orientadora e Professora Doutora Paula Cristina da Encarnação Oliveira Guimarães por todas as horas de aconselhamento e atenção que dedicou a este trabalho, sempre acreditando que seria possível, tornou-se uma pessoa que muito admiro.

Aos meus colegas de turma pelo apoio e amizade.

Aos meus pais por tanto esforço e amparo.

À minha irmã Carolina e ao Rodrigo pelo ânimo e energia que sempre me deram.

Resumo

Muito antes do esperado, o planeta terra deixou para trás a era do aquecimento global e entrou na era da ebulição global, segundo a Organização das Nações Unidas. Atualmente as preocupações sobre a grande crise climática já são vistas por alguns especialistas como factos consumados. Esta pesquisa quis alargar essas questões às novas gerações que terão de lidar com esta problemática de uma maneira muito mais intensa que outra geração anterior. Esta dissertação pretende explorar o entendimento de Elementos e jovens que participam sobre atividades de educação não formal de organizações não governamentais ligadas às questões do desenvolvimento sustentável no século XXI. Para tal, analisamos os conceitos de educação não formal, desenvolvimento e organizações não governamentais. Em paralelo, examinamos entrevistas semi-estruturadas a Elementos de organizações não governamentais e de jovens que se empenham na luta ambiental. Este estudo revela que os Elementos possuem diferentes entendimentos de desenvolvimento sustentável e os jovens revelam uma resistência a intervir de modo mais pronunciado nas organizações não governamentais, entidades imparciais e autónomas na defesa do planeta e dos interesses sociais inerentes a tal definição.

Palavras chave: Educação Não Formal, Desenvolvimento Sustentável, Ativismo Juvenil, Organizações Não Governamentais.

Abstract

Much sooner than expected, planet earth left behind the era of global warming and entered the era of global ebullition, according to the Organization of the United Nations. Currently, concerns about a major climate crisis are already seen by some experts as factual scenarios. This dissertation aims to extend these issues to new generations who will undoubtedly deal with the consequences in a much more serious manner than any other generation. The goal of this research is to explore the participation of younger generations in nonformal education activities in nongovernmental organizations which are connected with the sustainable development practices of the XXI century. For that effect, concepts of nonformal education, sustainable development and nongovernmental organizations are analyzed. Parallel to this, semi-structured interviews with representatives and young people of non-governmental organizations related to sustainable development were conducted. Representatives referred to different understandings of sustainable development and young people show resistance to intervene within these organizations, considering that these organizations are impartial and autonomous entities in defense of the planet and social interests inherent to such a definition.

Keywords: Nonformal Education; Sustainable Development, Youth Activism, Non-Governmental Organizations.

Índice

<i>Introdução</i>	7
<i>CAPÍTULO 1- Enquadramento Concetual</i>	12
1.1. Educação não formal.....	12
1.2. Desenvolvimento sustentável.....	17
1.3. Associativismo e ativismo juvenil	24
<i>CAPÍTULO 2- Metodologia do estudo</i>	28
2. Metodologia	28
2.1. Técnicas de recolha de dados	29
2.2. Categorias de análise das entrevistas	34
2.3. Descrição das ONG	35
<i>CAPÍTULO 3 – Análise de dados</i>	40
3. Análise das entrevistas	40
3.1. Interpretação dos dados das entrevistas	55
<i>Considerações Finais</i>	59
<i>Bibliografia</i>	61

Apêndices

Tabela 1 - Discursos sobre o desenvolvimento e sobre o papel da educação (adapt. de Acselrad, 1997 e Neffa, Silva & Neffa, 2020)	66
Tabela 2 - Respostas às seis categorias de análise do Elemento A	69
Tabela 3 - Respostas às seis categorias do Elemento B	72
Tabela 4 - Respostas às seis categorias do Elemento C	74
Tabela 5 - Respostas às seis categorias do Elemento D	76
Tabela 6 - Respostas às seis categorias do Elemento E.....	78
Tabela 7 - Respostas às seis categorias do Elemento F	80
Tabela 8 - Respostas às seis categorias do Jovem 1	82
Tabela 9 - Respostas às seis categorias do Jovem 2	84
Tabela 10 - Resposta às seis categorias do Jovem 3.....	85
Tabela 11 - Resposta às seis categorias do Jovem 4.....	87

Introdução

Esta pesquisa nasce no âmbito de reflexões em torno do desenvolvimento sustentável na atual década e no papel do desenvolvido neste âmbito pela educação não formal. Adicionalmente, esta pesquisa procura debater o papel das organizações não governamentais (ONG) ligadas à preservação do ambiente, nomeadamente no que remete para o papel dos jovens. A pesquisa procura discutir o entendimento que os elementos de ONG possuem sobre desenvolvimento sustentável e sobre educação não formal e, sobretudo, compreender o papel dos jovens nestas instituições. Para tal foram realizadas entrevistas semiestruturadas a elementos de organizações não governamentais acerca do seu entendimento sobre o desenvolvimento sustentável e a educação (não formal); foram também inquiridos jovens ligados a estas organizações através de projetos ou de atividades pontuais nos quais atuam como voluntários acerca dos mesmos temas.

Várias matrizes teóricas de desenvolvimento serão abordadas nesta pesquisa. O conceito que surgiu nas ciências sociais em meados do século XX, ganhou forte expressão em meados dos anos de 1980. Todavia, os primeiros entendimentos de desenvolvimento, designadamente de desenvolvimento sustentável não são os mesmos que conhecemos hoje em dia. O mesmo mudou consoante as necessidades de grandes grupos económicos e das populações.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sido importante, tendo surgido nos discursos políticos no início dos anos de 1970. Este conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser globalmente reconhecido no ano de 1987 na redação do relatório, que resultou do trabalho da comissão dirigida pela Ministra Brundtland, intitulado *Our Common Future* (CMED, 1987). Neste relatório define-se desenvolvimento sustentável como o processo que satisfaça as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Neste relatório estabelece-se uma forte ligação entre a

questão económica e a questão ambiental, assim como se defende a necessidade de ambas permanecerem em equilíbrio e harmonia. Mas será isso possível? Mais tarde, em 1992, decorreu a conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) ECO-92 na qual se discutiu novamente a necessidade da promoção de três pilares do desenvolvimento sustentável: económico, social e ambiental. Contudo, o crescimento económico tem sido continuamente encarado como o pilar mais essencial.

O conceito de desenvolvimento sustentável que surgiu do relatório Brundtland não se opõe ao crescimento económico no quadro da sociedade capitalista. Todavia, o crescimento económico depende fortemente da natureza que ele próprio devasta. Como refere Santos (2014), num quadro de uma economia depredadora a população mundial não é um elemento na ação de direitos humanos, mas apenas reconhecida em discursos sobre o assunto.

Elkington (2001, p. 83) afirma que os sujeitos, o Estado, as ONG e as empresas precisam avaliar se são ambientalmente sustentáveis e, para isso, é preciso compreender o impacto do modo como as populações vivem, produzem e consomem na atualidade. O autor menciona a necessária mudança dos nossos valores e estilos de vida, a importância de como procurar gerar menos resíduos e controlar o consumo excessivo.

Escobar (2007) problematiza as assimetrias entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul, já que estes hemisférios possuem problemas, relacionados com o desenvolvimento sustentável, distintos. Considera-se que o hemisfério Norte tem mais possibilidades e oportunidades de mitigar problemas relacionados com as alterações climáticas e ameaças ao desenvolvimento sustentável na sua generalidade, principalmente junto das populações. Contudo, “enfrentamos problemas modernos para os quais ainda não temos soluções modernas” (Santos, 2011, p.1). A falta de soluções para problemas modernos

também passa pelos interesses económicos das maiores indústrias que não conseguem repensar a produção e o consumo de forma mais sustentável.

O desenvolvimento sustentável é um conceito, sendo igualmente um dogma, no sentido em que todos nós concordamos com um futuro sustentável. As palavras mágicas desenvolvimento sustentável tornam o que é decidido em termos políticos numa expressão segura (Neffa, Silva, & Neffa, 2020). Desta forma, a maneira como o comum cidadão pensa acerca do desenvolvimento sustentável é por vezes simplista. O *esverdeamento* é frequentemente uma ilusão, que se caracteriza por uma fachada criada por políticas e iniciativas que se dizem *verdes*. Estas ações que pretendem ser protetoras do ambiente, geralmente postas em prática por grandes empresas, para agradar a população em geral e demonstrar interesse nas causas ambientais. Mas, na verdade, as mesmas têm pouco ou mesmo nenhum impacto na preservação da natureza. O facto de estas políticas serem maioritariamente bem aceites demonstra a inércia de grande parte da população relativamente à degradação ambiental.

Um dado interessante sobre o entendimento acerca do desenvolvimento sustentável está na interpretação daquilo que consideramos *limpo*. Em 2021, foi divulgada no relatório de desenvolvimento sustentável da ONU a lista dos 10 países mais sustentáveis do mundo, entre eles a Dinamarca, a Suécia, o Luxemburgo, a Finlândia e a Suíça. No final da lista estão os países menos sustentáveis do globo, Haiti, Somália, Mali, Lesoto, Serra Leoa, todos eles considerados países em vias de desenvolvimento (ONU, 2021). Ao consultar o *site* Earth Overshot¹, podemos verificar a pegada ecológica de cada país. Vemos que, por exemplo, a Suíça (que se encontra no top 5 de países mais sustentáveis na lista da ONU) tem uma pegada ecológica de 4.3 planetas anualmente, enquanto o Haiti (que se encontra nos últimos lugares de país menos sustentáveis) tem uma pegada ecológica de

¹ Para mais informações, consultar <https://www.footprintnetwork.org/>

0.4 planetas. Estas listagens demonstram que necessitamos repensar o que consideramos sustentável. Estes dados são aspetos importantes para as ONG estudadas nesta pesquisa, pois consideramos que podem ter um papel fundamental na defesa dos interesses de todos os que vivem no planeta terra na atualidade por serem, pensa-se, independentes relativamente aos interesses económicos.

Não existem, neste momento, recursos naturais no planeta que possam assegurar para todos, estilos de vida semelhantes aos da população que vive em países como os Estados Unidos da América. Neste quadro, é necessário que parte da população passe por uma situação de pobreza para que outra parte possa viver com conforto, luxo e consumindo desenfreadamente. É a partir destas ideias que pretendo analisar como os elementos de ONG e os jovens que participam em entidades ligadas ao ambiente se posicionam face ao desenvolvimento sustentável e à educação não formal. Será a próxima geração capaz de travar ou abrandar as questões económicas, ambientais e éticas que separam milhões de habitantes no planeta? A população mundial não pode ser responsabilizada pela situação dramática que se vive na atualidade em termos ambientais. Não é legítimo fazê-la crer que pode e deve resolver problemas ambientais, quando na verdade o problema ambiental e das alterações climáticas é muito mais complexo. Tais problemas não podem ser resolvidos com campanhas de consciencialização como a substituição de palhinhas de plástico por papel. Esta posição coloca no indivíduo toda a responsabilidade de um planeta em rutura, não podendo este resolver por si e sozinho um sério e grande problema que afeta todo o planeta.

Esta dissertação inclui numa primeira parte a abordagem de diversos conceitos, como educação não formal, desenvolvimento sustentável e associativismo e ativismo juvenil. Abordam-se também os direitos humanos relacionados com a problemática do consumo, no quadro da dicotomia criada entre o hemisfério Norte e hemisfério Sul. Os padrões de

consumo das populações podem variar de país para país, alguns têm uma cultura de consumo de massa muito forte e consumidora de muitos recursos naturais em comparação com outros que não conseguem suprimir as suas necessidades básicas. Neste âmbito é importante considerar que as populações mais afetadas pelas questões ambientais são as que têm menos poder de compra e padrões de consumo menos devastadores dos recursos naturais. Muitos desastres naturais, por exemplo, como a poluição de rios, ocorrem em países empobrecidos que não consomem tantos produtos que poluem as suas terras.

Numa segunda parte desta dissertação, procede-se à caracterização das ONG com as quais estabelecemos contacto com os seus elementos e jovens em entrevistas semiestruturadas.

Os estados democráticos têm na educação um processo importante para promover os direitos humanos. Ainda que um só país não consiga eliminar todas as violações cometidas na declaração dos direitos humanos, uma sociedade livre que atenda às necessidades básicas de todos os seus cidadãos deve ser incentivada e defendida pelos governos democráticos. A educação consiste num processo importante de consciencialização juvenil para a cidadania e luta dos direitos de todos, sendo a principal arma de uma população que necessita reivindicar os cumprimentos dos seus direitos. Assim, "Um mundo multicultural é inevitável, porque um império global é impossível" (Huntington, 1997, p. 455). Refere-se seguidamente a investigação qualitativa com recurso a entrevistas a elementos de seis ONG portuguesas dedicadas à preservação ambiental e também a jovens que participam em projetos destas organizações, enquanto trabalhadores ou em regime de voluntariado. Num terceiro capítulo, são analisados os *sites* dessas ONG. Procuramos debater o entendimento que estas organizações possuem do desenvolvimento sustentável e da educação não formal. Numa última parte desta dissertação identificam-se algumas conclusões do estudo realizado.

CAPÍTULO 1- Enquadramento Concetual

1.1. Educação não formal

O direito à educação está presente na Convenção dos Direitos Humanos, contemplado em diário da República Portuguesa e reconhecido pelo Pacto Internacional sobre Direitos Humanos, Sociais e culturais entre outros. Contudo, ainda não existe enquanto direito pleno e igualitário. Educação é a principal instrumento de uma população se fazer cumprir nos seus direitos e defesa no incumprimento de leis. É a base que pode ajudar o cidadão a assegurar uma vida participativa em sociedade e de consciência da luta contra a segregação ou situação de pobreza que fica mascarada quando os níveis de educação baixam. Enquanto direito, cabe a cada um dos estados protegê-la e garantir a sua implementação, que não poderá nunca ser baseada em situação económica, estatuto social, origem ou etnia. Ainda que os direitos humanos constituam uma lei internacional reconhecida, apesar das diferenças culturais, situação social ou política, como refere Boaventura Santos, o seu cumprimento é difícil de monitorar. O direito à educação é um bom exemplo já que integra um dos direitos humanos ao qual todos devemos ter acesso, porém o seu incumprimento não é sancionado. (Santos, 2014)

Na maioria dos casos em que se fala de educação é uma educação voltada para as crianças, já que constituem um período de grande desenvolvimento e formação de consciência no ser humano. Desta forma, deve ser encorajada e não hierarquizada ou elitista como refere Paulo Freire “acomodar as classes populares emergentes, domesticá-las em algum esquema de poder ao gosto das classes dominantes” (Freire, P. 1980, p.17). Ao remover um grupo social de uma prática, o mesmo deixa de ser rever nela, afastando-se e, no caso da educação, criando um ciclo vicioso pois sem educação fica impedido de combater essa segregação. O direito à educação deve ser protegido e monitorado por um Estado que não distingue os seus cidadãos.

Para melhor compreender o objeto de estudo, devemos também debruçar-nos sobre o que é a educação formal, não formal e informal. É justo dizer que a educação formal se encontra em contraponto à educação não formal. Caracteriza-se por ser regulamentada, estruturada e com conteúdos programados sem espaço para o imprevisto. A educação formal inclui essencialmente o ensino escolar e traz benefícios quando equilibrada com a educação não formal. Segundo Gadotti (2005), todas as crianças, jovens e adultos devem ter o direito à educação formal. A educação informal é uma outra modalidade e compreende outro tipo de conhecimento, aquele que não tem propósito definido ou intenção; porém, mais uma vez trata-se de um processo também fundamental na vida familiar e em sociedade. São conhecimentos que se aprendem em contextos familiares e sociais muito diversos, sem intencionalidade educativa (Lima et al., 2006).

A educação não formal é a educação que decorre do contacto e experiências em contextos não formalizados e de atividades que, não sendo escolares, apresentam algumas características. Se a educação formal é apenas “a parte visível do iceberg” (Lima et al, 2006. p. 196), a educação não formal é caracterizada pela flexibilidade, diversidade e abertura. Incentiva a participação ativa dos indivíduos na sociedade e encoraja a educação com um apurado sentido de cidadania, sobretudo quando assente em objetivos críticos e democráticos. A educação não formal transmite conhecimento, por exemplo, através de jogos educativos e de atividades que inspiram, cativam e incitam à criatividade. Aposta na criação de possibilidades para que cada um construa o seu conhecimento (Freire, 1996).

A educação não formal pode auxiliar a construção de uma sociedade aberta e compreensiva que ajusta os seus processos educativos de acordo com as suas necessidades e problemas. De acordo com (Gadotti, 2012), a educação não formal pode definir-se por todas as atividades educacionais que são organizadas fora do sistema

planificado da educação formal, da escola. Estas práticas, apesar de não serem planeadas com diretrizes escolares, produzem conhecimentos igualmente válidos sobre a sociedade e a vida coletiva e individual. A educação não formal define-se por processos de aprendizagem que não passam pela forma tradicional de ensino, mas engloba todo o conhecimento adquirido através de outras experiências fora de uma sala de aula; é flexível, diversa e aberta. As aprendizagens que decorrem da educação não formal melhoram a criatividade e exploram emoções, que em crianças se tornam processos fundamentais ao crescimento e que em jovens e adultos são essenciais para a vida coletiva e para o desenvolvimento pessoal.

Atualmente estamos perante uma mudança de pensamento para com a educação de adultos e a educação permanente. Cada vez mais as instituições defendem que os indivíduos se educam e são educados ao longo da vida, em qualquer se seja a área. A valorização deste facto permite ao ser humano destacar as suas experiências que atribuem relevância à educação não formal. Dela resultam importantes conhecimentos que não se ensinam em escolas ou universidades e são fruto da participação em atividades com algum grau de estruturação (Gadotti, 2012).

O associativismo e a educação, nomeadamente a não formal, são duas vertentes que andam de mãos dadas. As associações, designadamente as não governamentais, também designadas da sociedade civil e do terceiro setor, são marcadas pela autogestão e auto-organização. Nestes contextos, a educação não formal pode surgir através de dinâmicas que emergem da sociedade para a própria sociedade. São processos autogeridos, à partida sem interferência direta do Estado ou das empresas com fins lucrativos. Mais importante ainda, podem ser processos geridos por pessoas que são voluntários ou ligados a estas associações porque assim o desejam, sem que o lucro ou o pagamento de um salário seja uma dimensão central (Guimarães, 2013).

Segundo Canário (2018), estas associações integram grupos sociais que se educam a si mesmos, em “espaços de liberdade onde se promove a distração, a aprendizagem, a discussão e a transmissão de ideias” (p. 38). Estes espaços são os que busco neste estudo. A educação não formal nestas associações pode ser transformadora e criar mudanças profundas junto da população, muitas vezes servindo a manutenção da paz social e a transformação social e chegando onde as entidades estatais competentes não conseguem. A educação não formal pode originar mudanças e é um processo importante de intervenção para a população, como é o exemplo das manifestações organizadas por essas associações. Neste processo, as pessoas não se veem como sujeitos, mas como um conjunto coletivo que procura a renovação, a inovação e a transformação.

Demonstrar às pessoas o conhecimento adquirido pelas experiências, constitui uma visão única sobre a sociedade e traduz-se frequentemente na aquisição de ferramentas sociais, que raramente são transmitidas no ensino formal. Como refere Rogers (2014), a educação não formal que gera aprendizagem não formal não oferece uma certificação porque não é esse o objetivo. Visa-se prover crianças ou adultos com conhecimentos transmitidos de forma flexível, onde apenas os objetivos do projeto são essenciais. Nestes processos, todos saem mais ricos. Neste sentido, um equilíbrio entre educação formal nas escolas, não formal em projetos de associações e informal, surge como forma de reforçar a educação que as instituições públicas estatais podem utilizar como incentivo para promover a riqueza de conhecimentos e competências.

Para Gohn (2014, p. 35), "a educação não formal é aquela que se aprende no mundo da vida". São nestes espaços de partilha que as pessoas florescem e se sentem seguras para questionar o que quer que seja, já que qualquer aprendizagem tem valor e não precisam responder a instrumento de avaliação. A educação não formal é responsável por incutir valores sociais para que cada um possua conhecimento dos seus direitos, sentido de

liberdade e emancipação. Tais valores tornam-se drasticamente mais desenvolvidos em sujeitos que vivem numa sociedade democrática, é expectável que transmitam às gerações futuras conhecimentos nos quais a intolerância e preconceito não existem. Se é verdade que as crianças aprendem com os adultos e através dos seus exemplos muito do que sabem, também há outros contextos de aprendizagem. Assim, a “maior parte daquilo que sabemos não foi aprendido na escola sendo esta, na sua forma moderna, uma invenção histórica muito recente” (Lima et al., 2006. p. 3).

Como defende Gadotti (2005), o direito à educação abrange a educação formal e não formal, pois as necessidades dos sujeitos ultrapassam em muito aquilo que a educação formal pode oferecer. Assim sendo, é de extrema importância que as associações, nomeadamente aquelas aqui problematizadas, façam uso desta ferramenta para a construção de uma sociedade mais completa e inclusiva, especialmente em questões tão concretas como a preservação e proteção do ambiente. Torna-se essencial estimular o interesse das crianças e também dos adultos pela natureza com atividades de educação não formal muito diversas, como aquelas ao ar livre.

A cidadania e a educação ambiental, tornam-se assim conceitos interdependentes, sem os quais não é possível uma compreensão crítica sobre os crescentes problemas do planeta terra e, conseqüentemente, da população mundial. Nesta consciencialização é igualmente importante uma educação ambiental e uma educação não formal que demonstre, com exemplos reais ligados à natureza, os desafios da crise ambiental e como procurar uma saída, pois o fomento de uma ligação à natureza é a maior ferramenta da luta climática.

1.2. Desenvolvimento sustentável

O conceito de desenvolvimento sustentável que conhecemos hoje tende a afastar-se daquele preconizado desde o seu início. A evolução deste termo destaca que o desenvolvimento sustentável não se refere exclusivamente a um desenvolvimento que seja sustentável ao planeta e aos seus recursos humanos. O desenvolvimento sustentável está cada vez mais ligado à dignidade humana e ao cumprimento dos direitos humanos. De acordo com o Relatório Brundtland, este conceito inclui vários temas: índices de pobreza, índices de consumo e principalmente um conceito de desenvolvimento sustentável, assente essencialmente na ideia ecológica e ambiental de satisfazer as necessidades de matéria-prima para o consumo mundial, tentando sempre não comprometer as necessidades das gerações futuras para o seu próprio consumo. Consiste num “desenvolvimento ecologicamente equilibrado” referido como ambição no relatório Brundtland, “para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor” (CMED, 1987. p. 55). Sendo um relatório que não tinha uma visão fortemente crítica em relação aos motivos dos índices de poluição, degradação do planeta ou pobreza, foi bem aceite em diferentes partes do globo. Atualmente deparamo-nos num grande impasse mundial: a degradação do planeta e das condições de vida da população remete para uma visão conservadora acerca do processo capitalista e não produzirá efeitos suficientes que nos permitam reverter a situação. Desta forma, desenvolvimento sustentável significa mais que a proteção ecológica e ambiental, significa sobretudo a proteção de populações frágeis e afetadas por um sistema económico do qual não obtém dividendos de carácter social. O sistema económico capitalista necessita e depende visceralmente dos recursos do planeta e é graças à destruição arrebatadora das matérias-primas, da poluição, e uso excessivo de recursos naturais nas indústrias, que o

planeta se encontra a caminho de uma grave degradação. Esta situação contém uma grave dicotomia difícil de contrariar.

Na sociedade moderna e constantemente mutável, o conceito de desenvolvimento sustentável não é exceção. No ano de 1987, o mundo conheceu o Relatório Brundtland que preconizou um conceito de desenvolvimento sustentável que, por muitos anos serviu de base à ambição de uma vivência harmoniosa entre a sociedade humana e o ambiente. O relatório problematizou a necessidade de as sociedades viverem em conformidade com os recursos que possuem sem comprometer as necessidades das gerações futuras, definindo de forma relativamente abstrata essas necessidades. Mas, desenvolvimento sustentável significa também, para além do equilíbrio ambiental e ecológico, ter em conta o desenvolvimento social. Nos dias de hoje, encontramos vários entraves ao desenvolvimento sustentável e um verdadeiro paradoxo toma o lugar desta questão. O modo de consumo e o modo de produção atual não permite um desenvolvimento sustentável, não é viável e está na origem das várias crises climáticas a que temos assistido. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) (2023), existem sete principais causas destas crises: a geração de energia maioritariamente oriunda da combustão de combustíveis fósseis; fabrico de produtos como o cimento, ferro, aço, eletrônicos, roupas entre outros, que também na sua maioria requerem a queima de combustíveis fósseis; o desmatamento florestal; o uso de transportes quer pessoais quer na distribuição bens e serviços e tráfego aéreo; produção de alimentos; energia dos edifícios; e por último o excesso do consumo.

Neste momento atual de crise climática, vemos uma mudança no paradigma ecológico já que os efeitos destas ações humanas não se limitam a um desequilíbrio ambiental, mas também resultam em graves problemas sociais.

A ONU (2023) aponta a pobreza e o deslocamento de milhões de pessoas que veem as suas terras ser assoladas por desastres naturais. Entre eles as inundações; o aumento das temperaturas que dificulta o trabalho ao ar livre que é o principal palco de subsistência de populações mais desfavorecidas; ou a seca que torna a vida de milhões de indivíduos impraticável. Estima-se que na última década estas crises climáticas tenham provocado o deslocamento de mais de 43 milhões de pessoas, exacerbando ainda mais a sua situação de vulnerabilidade e carência. (UNICEF 2023)

Segundo Sen (2003), a riqueza está relacionada com as liberdades que a mesma nos oferece, pois “Com grande frequência, a insegurança económica pode relacionar-se à ausência de direitos e liberdades democráticas”. O ideal comum partilhado por todos os povos de eliminação do sofrimento, das guerras, da promoção do progresso, do bem-estar ou da proteção dos desfavorecidos não parece concretizar-se. Existem muitos direitos humanos; porém fazê-los cumprir nem sempre é uma realidade e apesar de estarmos no séc. XXI, é notório como os direitos à educação, liberdade, cultura ou a não sofrer maus tratos, são esquecidos. A declaração universal da ONU (ONU, 1948) deixou claro a existência de tais direitos para todos. Existem factualmente direitos inerentes ao ser humano, não mutáveis, nem mesmo a seres humanos pertencentes a diferentes culturas, como a dignidade humana de sobrevivência e o respeito pelas pessoas, que estão ameaçados. Cerca de 767 milhões de pessoas vivem atualmente em situação de extrema pobreza com menos de 1,60 euros por dia.

Aqui se encontra a relação entre liberdade e pobreza. Segundo Sen (2003), a verdadeira liberdade ocorre apenas quando determinada pessoa possui a possibilidade de exercer as suas vontades nas necessidades mais básicas do ser humano, como alimentação, alojamento ou trabalho. Sabendo que nem toda a população mundial tem acesso a tais bens e vida digna, existe realmente liberdade de um povo apenas se este está sob opressão

governativa, num cenário político? Que liberdade é esta se estamos perante um governo democrático que não atende às necessidades básicas da sua população?

É necessário ter em conta a relação negativa que se mantém entre o hemisfério Norte e o hemisfério Sul do planeta. O primeiro agrupa as grandes potências mundiais que confere ao segundo um estatuto inferior, através de um diálogo hegemónico e económico. As relações de poder do mundo são complexas e desrespeitadoras dos valores defendidos pela ONU. A descrição do mundo é feita muitas vezes a partir da visão dos países ocidentais que não têm em conta as vontades e os interesses políticos, económicos ou culturais de outros povos, fazendo com que a história pareça ter apenas um lado. Por isso, “O debate ocidental sobre as sociedades não ocidentais é, muitas vezes, demasiado respeitador da autoridade” (Silva, p. 64) não tendo em conta os valores culturais e vivências dos povos.

Mais de 175 milhões de crianças por todo o mundo não frequenta a escola nem sabe ler e escrever, um risco perigoso no combate a falhas nos direitos humanos (UNICEF 2019). A falta de conhecimento não permite a uma população compreender as falhas humanas que resultam na não satisfação das suas necessidades básicas e impossibilitando-a de lutar contra tal.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento sustentável é significativamente complexo e compreende bem mais que apenas as necessidades das gerações futuras de recursos naturais. Está intrinsecamente ligado ao cumprimento dos direitos humanos, das liberdades e direitos fundamentais, permitindo aos sujeitos de todo o mundo viver dignamente e ter os seus interesses representados.

No artigo “Educação ambiental para além do capital: o desafio do século XX”, os autores problematizam a atual situação socioeconómica e ambiental do planeta (Neffa, Silva, & Neffa, 2020). Se por um lado a tecnologia e a ciência nunca estiveram tão presentes na

vida do ser humano, também podemos constatar que os seus efeitos nunca foram tão fortes. A falta de saúde mental, o isolamento e falta de valores humanos estão ligados ao mundo virtual e a exacerbação destes sintomas, em conjunto com as drásticas investidas do homem ao meio ambiente em prol de um sistema que, ciclicamente se encontra em queda, marcam o início deste século. Os autores procuram estabelecer a relação de não equilíbrio entre os dois: o sistema capitalista e o equilíbrio do meio ambiente, do qual dependemos. Se podemos estabelecer uma relação de causalidade entre o sistema capitalista e uma busca de crescimento económico, e se aos dias de hoje os efeitos das alterações climáticas já se provaram catastróficos com as atuais práticas de comércio mundial, então, o crescimento económico irá ultimar o meio ambiente como o conhecemos.

Afinal, como pode o sistema económico depender na sua totalidade de um equilíbrio ambiental que ele próprio ameaça? Se por um lado compreendemos que o atual estado de alerta em relação ao clima é válido e real e está baseado nas práticas económicas presentes, então como proceder?

“o sistema reprodutivo do capital é um modo de controle sócio metabólico incontrolavelmente voltado para a expansão, inclusive com a produção e multiplicação generalizada do desperdício, não se pode vislumbrar a criação das sociedades sustentáveis sem que haja a suspensão do imperativo auto expansionista” (Neffa, Silva &, Neffa, 2020. p.508).

Neffa, Silva e Neffa (2020) realçam também o importante facto da visão, que hoje em dia está relativamente disseminada por todo o globo, eurocêntrica e norte-americana dos factos históricos. Este padrão cultural abrange grande parte da vida ocidental do globo em que estão inseridos valores culturais e económicos que são evolutivos da grande globalização de bens e serviços. Esta lógica de serviço também se estende à natureza, em prol do homem e das suas necessidades apesar de sabermos que a vida na terra não poderá existir sem um meio ambiente estável e próspero.

“O discurso ideológico que preconiza o potencial da ciência e da tecnologia contemporâneas como capazes de garantir o acesso dos povos ao desenvolvimento, pressupõe compatibilidade entre sustentabilidade e capitalismo e constrói-se sobre o signo do crescimento económico, do mercado globalizado, da prioridade da economia sobre a ecologia e da consolidação do neoliberalismo, sem atentar para o processo de humanização do ser humano” (p. 510)

Estabelecida a ligação entre a incompatibilidade do capitalismo e a sustentabilidade, podemos naturalmente deduzir que os atuais conflitos, pressão social, pobreza extrema, contaminação de todos os elementos naturais, e aparecimento de doenças e pandemias são sintomas do sistema supra descrito. Segundo Acselrad (1997), para definir se determinada prática é sustentável ou não, devemos avaliar uma visão de presente com o passado e de presente com o futuro. Esta primeira comparação pretende definir o que se considera insustentável e a segunda o ideal de uma qualidade futura desejável.

À luz destes ideais, o autor traça alguns pontos chave para estas questões consideradas éticas ou até mesmo vistas como crenças possam realizar um discurso coerente e fiel, partilhado por todos e presente em órgãos governativos. Começando pela eficiência, que é hoje em dia uma das principais dificuldades da sociedade de consumo. O nosso uso dos recursos naturais não é eficiente nem inteligente, já que na sua maioria não são reutilizados, são de uso único e provocam danos incalculáveis ao planeta.

Não sendo biodegradáveis, são produtos muitas vezes colocados à disposição do consumidor sem que este possa conscientemente fazer uma escolha consciente pois quase não existe. Também não são eficientes os métodos de extração de recursos que são apenas usados uma vez sem que se procure promover uma economia circular de reaproveitamento dos materiais. O Relatório de Brundtland (CMED, 1987) trouxe a discussão sobre o meio ambiente e fenómenos como o *esverdeamento de projetos*. É comum desacreditar os processos de desenvolvimento e justificar que ainda não sabemos o suficiente sobre desenvolvimentos ou que é um conceito para uma invenção social.

Acsehrad (1997) acredita que a sustentabilidade não se prende com conceitos, mas com práticas que se articulam com efeitos sociais desejados. Mas, apesar de representar um conceito que considera ainda desconhecido, defende que é necessário arriscar para estar à altura das exigências do futuro. Estes conceitos são definidos por atores em espaços de poder, o que levanta uma outra questão. Ao invés de a definição ser facilmente encontrada pode haver quem produza discursos alternativos: um que veja a sustentabilidade como uma forma de conservação social e outro que veja a sustentabilidade como transformação social. O autor refere ainda as principais matrizes conceituais que considera ser a eficiência, a escala, a equidade, a autossuficiência e a ética. Só assim se pode atingir a utilização inteligente dos recursos naturais como bens comuns e finitos e assim poder alocar recursos numa economia circular e desperdiçar menos, contudo deverá ser utilizado em conjunto com uma doutrina de respeito para com o planeta (apêndice 1).

O conceito de desenvolvimento sustentável mudou inequivocamente, mas tal mudança precisa ser reconhecida por governos e órgãos governativos internacionais para que ajam em concordância numa reforma que tenha em consideração verdadeiras medidas de proteção ambiental. Um conceito que prevê apenas garantir a continuidade da renovação de recursos ambientais não promove uma transição ambiental, necessária eminentemente, e não procura erradicar os milhões de vidas perdidas para os desastres ambientais anualmente não é suficiente no século XXI. Foram estimadas mais de cinco milhões de mortes diretamente relacionadas com os desastres climáticos nas quase duas décadas de 2000 até 2019 (Zhao et al., 2021).

1.3. Associativismo e ativismo juvenil

Associativismo pode ser descrito como uma prática de criar e fortalecer associações, cooperativas ou outras entidades do terceiro setor na tentativa de unir localidades e comunidades com o fim de partilhar saberes, dividir esforços e com as mais variadas finalidades. Neste sentido, “As organizações envolvidas na vida associativa refletem a grande diversidade de interesses e de identidades que se manifestam no seio da sociedade contemporânea e tem por missão promover a criação de condições para um verdadeiro diálogo civil” (Comité Europeu Social e Económico, 2023).

O associativismo dinamiza sociedades, procurando atender a necessidades descuradas por órgãos governativos. A vida associativa pode refletir-se ao nível empresarial, social ou até mesmo cultural; faz parte da identidade e tradição das populações. Nesta linha de pensamento as associações mudam conforme especificidades culturais, sociais, económicas de um local. Assim,

“O associativismo é fundamental para uma melhor organização das sociedades democráticas, pois é por via das associações que as pessoas estabelecem inter-relações e que existe uma capacitação para a participação política e para os processos de tomada de decisão a nível económico, social e cultural” (Comunitas, THINK TANK, 2023).

Adicionalmente pode considerar-se que fora de um ambiente escolar, um adulto, muito dificilmente se encontra envolvido em ações de sensibilização ou educação ambiental, pois as mesmas raramente envolvem a comunidade e focam-se no ambiente escolar. Entre organizações ou associações as parcerias em Portugal também são pouco significativas e aquelas que existem deixam a população sem motivação para se envolver verdadeiramente, o que agrava ainda mais a situação de uma educação não formal acomodada e limitada nos seus micro projetos deixando de fora o principal elemento da

mudança: o lado emocional. Tudo isto possui um impacto baixo e não é suficiente para gerar transformação.

No artigo de Vieira, Ferreira e Pinho (2017) demonstra-se a queda da população jovem em Portugal e o quão frágil está este grupo etário. Este estudo procura entender as dinâmicas demográficas dos jovens portugueses e que enquadramento existe na atual narrativa de depopulação do interior. Tal ideia está comprovada com apenas sete concelhos a verificarem aumento da população jovem sendo que desse universo cinco deles encontram-se adjacentes ao centro metropolitano de Lisboa. Por outro lado, os concelhos que apresentam uma queda na população jovem estão espalhados por todo o país embora com diferentes intensidades. Desta forma é possível considerar um grave problema na queda de população jovem o que poderá, na hipótese deste cenário se manter, causar graves problemas de despovoamento e assimetrias populacionais que já atualmente são significativas. Contudo os jovens não migram apenas para zonas mais litorais e desenvolvidas do país, os jovens emigram para o exterior por melhores oportunidades de vida e habitação. Segundo este artigo, o elevado preço dos imóveis em Portugal, principalmente grandes cidades, pois os jovens que crescem em localidades adjacentes a Lisboa e Porto não conseguem fazer face ao preço praticado nas cidades. De salientar que "Lisboa perdeu cerca de 47% da população jovem que detinha em 2001, Porto, aproximadamente 48%, e Coimbra, perto de 46%" (p. 46).

Em locais com uma forte indústria fabril há uma grande contribuição proporcional de jovens com comparação com o resto do país, é por isso seguro assumir que os jovens se deslocam por oportunidades de trabalho, tal também é visível nos concelhos a sul onde o turismo certamente tem um grande peso. O artigo explora também o fraco associativismo dos jovens, que sobe pouco em relação à média nacional em associações desportivas ou associações estudantis, sendo as maiores na região norte, centro, área metropolitana de

Lisboa e do Algarve, assim como as regiões autónomas dos Açores e Madeira. No caso da participação política local, as formas tradicionais não são as mais exploradas pelos jovens. No que diz respeito a pertencer a um partido político a percentagem dos jovens é de apenas 1%. Nesse sentido Portugal adotou do Brasil o orçamento participativo. Uma iniciativa que permite à população jovem decidir o que fazer com uma percentagem do orçamento municipal ao qual se insere, resultante disso a popularidade destas OP cresceu e assim ligou os jovens numa espécie de acordo associativo político. Contudo de forma geral este artigo ressalta o mapa geral que se tem vindo a verificar em Portugal. O país enfrenta uma grave crise de população jovem em praticamente todo o seu território e "apenas 9 dos 308 municípios não perderam população jovem na última década e meia" (Vieira, Ferreira & Pinho, 2017, p. 52).

Ainda assim o associativismo é essencial numa sociedade por ser uma das formas de democracia representativa pois apresenta a essência de uma democracia forte e justa. Por definição democracia existe, pois, representa as vontades e desejos da sociedade em que se insere, nesse sentido a alienação da população no mundo político apresenta uma deliberada cessão de direitos com efeitos transversais e perigosos. Compreendendo que determinado grupo social ou região, que está pouco envolvido na vida política do meio em que se insere, dificilmente terá os seus interesses defendidos ou saberá, de forma plena, os seus direitos. Podemos considerar em parte que o direto contrário de associativismo seria a concentração de poder e conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais, segregação social e agrava ainda mais o fosso entre estes grupos sociais e a sua participação na vida política.

Assim, "As minorias eleitas dominam, sem que haja uma efetiva participação popular. Deste modo, a democracia é inexistente. Esta será tanto mais forte quanto maior for a participação popular" (Coelho, 2008, p. 2).

Contudo, a vulnerabilidade destes jovens também se encontra no ambiente que estes frequentam agravado pelas condições sociais e crises económicas cíclicas. O estudo publicado em 2019 intitulado “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (Instituto Nacional de Estatística, 2019) revela a importância da erradicação da pobreza sobretudo entre crianças e jovens, já que essa condição impacta o seu acesso à educação e na procura do primeiro emprego. O artigo refere um estudo realizado para a UNICEF que apresentou vários retrocessos a diferentes níveis na vida de jovens e crianças durante o período de crise da última década. Menciona também a importância da contínua monitorização para tentar compreender se estes retrocessos impactam o futuro das crianças. Em Portugal cerca de dez por cento da população encontra-se em risco de pobreza com crianças a cargo, número que cresceu ligeiramente a partir de 2008. Não obstante a saúde e bem-estar das crianças é merecedora de igual preocupação. Pelos dados supracitados, é seguro afirmar que as gerações mais jovens, apesar de mais instruídas, se sentem à margem da sociedade no sentido em que não participam ou sentem que não podem participar ativamente na vida da sociedade, quer pela insegurança laboral, heranças culturais com as quais não se identificam, problemas ambientais ou preconceito, ser jovem é um desafio. Desta forma, o papel dos jovens no desenvolvimento sustentável e numa educação não formal de qualidade é essencial, pois representam uma geração intelectualizada, com um acesso a informação sem precedentes e com um contacto mais acentuado com a realidade das alterações climáticas. Contudo, os desafios da prática deste papel são complexos e difíceis de ultrapassar, como o conflito intergeracional ou um maior contacto com os desafios da saúde mental do século XXI.

CAPÍTULO 2- Metodologia do estudo

2. Metodologia

A presente pesquisa integra uma dissertação para obtenção do grau de mestre em Educação e Formação, especialização em Desenvolvimento Social e Cultural. As perguntas de investigação que orientam esta dissertação são as seguintes: que entendimentos possuem elementos de ONG dedicadas às questões ambientais sobre desenvolvimento sustentável? Qual o papel de ONG na defesa do ambiente no que remete para as ações de educação não formal desenvolvidas? Como veem os jovens elementos dessas ONG a sua intervenção no âmbito do desenvolvimento sustentável e da educação não formal?

A temática desta pesquisa é o desenvolvimento sustentável e a educação não formal na perspectiva de elementos das ONG em causa e dos jovens que nela intervêm. O paralelo entre falas de elementos de ONG e jovens, duas faixas etárias diferentes, poderá ajudar a compreender se, num mundo onde as alterações climáticas, desigualdade social e inércia das grandes indústrias prosperam, as camadas mais jovens da sociedade se sentem representadas ou não. Considerando o trabalho realizado e fazendo parte de uma nova geração que irá muito em breve lidar com as consequências humanas no planeta terra como nenhuma outra, interessa investigar como estes jovens veem o caminho para um ambiente mais equilibrado e como trabalham em conjunto com organizações não governamentais no âmbito de ações de educação não formal.

De acordo com (Bardin, 1977, p. 30) a “análise de conteúdo é um método muito empírico, dependente do tipo de «fala» a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo.” A procura de conhecimento em análise qualitativa nasce da interpretação dos dados recolhidos e que por si só produzem conhecimento, contudo esta produção de conhecimento está presente em todas as fases do processo de pesquisa. Desta forma, a

descodificação das categorias de análise desta pesquisa são grandes pilares de produção de conteúdo científico e a descoberta de informações homogéneas ou díspares trazem elucidação à pesquisa, assim sendo, todas as etapas do documento foram detalhadamente descritas e contextualizadas.

Nesta pesquisa consideraram-se entrevistas semiestruturadas pela necessidade de foco no tema em questão. Apesar do tema pressupor alguns conceitos e subtemas importantes que devem ser abordados para uma entrevista bem sucedida, foi também o intuito dar relativa mobilidade de resposta aos inquiridos para que pudessem contribuir com novos tópicos. Desta forma foi possível que os inquiridos respondessem às questões dadas com liberdade discursiva dando ênfase aos tópicos que mais achassem importantes. (Amado, 2013).

2.1. Técnicas de recolha de dados

Esta pesquisa analisa entrevistas semiestruturadas efetuadas a 6 elementos de organizações não governamentais portuguesas ligadas ao desenvolvimento sustentável e à preservação do ambiente. As organizações representadas foram as seguintes: Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza; LPN-Liga para a Proteção da Natureza; SPEA-Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves; Geota-Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente; A ROCHA; e ZERO-Associação Sistema Terrestre Sustentável.

Foram recolhidas entrevistas que assentaram em guiões que permitiram recolher as opiniões desses elementos sobre o entendimento que possuíam acerca do desenvolvimento sustentável, sobre as ações de educação não formal levadas a cabo pelas associações nas quais trabalhavam e sobre o papel dos jovens neste domínio. Sendo a visão dos jovens fundamental para a presente pesquisa, foram recolhidas entrevistas de 4 jovens envolvidos nestas organizações a fim de determinar o entendimento que possuíam

acerca do desenvolvimento sustentável, sobre as ações de educação não formal levadas a cabo pelas associações nas quais trabalhavam e sobre o papel dos jovens neste âmbito.

No levantamento de informações para a escolha das ONG, deu-se primazia a organizações conhecidas do público e/ou com reconhecimento internacional. No caso da LPN trata-se da associação de defesa do ambiente mais antiga do país e dotada de certo estatuto e compreensão acerca de políticas de sustentabilidade, fator importante para a pesquisa. A Quercus e Zero são associações com bastante visibilidade nos meios de comunicação portugueses e as restantes com elevada experiência nos seus campos de atuação. Considera-se assim, que as organizações mencionadas neste estudo são as principais e mais relevantes ONG portuguesas de defesa e/ou conservação da natureza.

Esta pesquisa é um dos resultados do projeto Desenvolvimento Sustentável: uma práxis para além do capital? no âmbito da linha de pesquisa Construção Social do Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPG-MA/UERJ), Brasil, sob orientação de Elza Neffa, professora da Faculdade de Educação e Procientista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), em colaboração com Paula Guimarães, professora do Instituto de Educação, Universidade de Lisboa, Portugal. É no âmbito deste projeto que foram feitos os primeiros contactos para a realização das entrevistas a elementos de ONG portuguesas. A escolha destas ONG decorreu da identificação de organizações com mais de 10 anos de existência, com impacto na sociedade, nos media portugueses e nas políticas públicas portuguesas. Durante as entrevistas a elementos destas ONG, foi solicitada aos entrevistados a indicação e os contactos de jovens ligados a essas entidades que pudessem ser entrevistados. Nesta sequência, foram contactados diversos jovens e destes 4 aceitaram ser entrevistados.

Ao longo desta pesquisa a palavra “elementos” é utilizada de forma a designar pessoas entrevistadas ligadas às ONG analisadas, sem que se procure identificar estes indivíduos, nem tão pouco os lugares que estes sujeitos ocupam na hierarquia da organização em causa. Esta opção teve o intuito de preservar o anonimato dos entrevistados, dando-lhes maior liberdade nas suas respostas e procurando manter reserva de opiniões em termos pessoais e profissionais.

As entrevistas de todos os inquiridos foram realizadas remotamente, com recurso à plataforma Zoom, o que permitiu uma interação ao vivo e em vídeo entre entrevistadores e entrevistados. Estas entrevistas foram posteriormente transcritas. As entrevistas variaram entre uma hora e nove minutos, a mais longa, e os trinta e sete minutos, a mais curta.

No caso das entrevistas aos elementos das ONG em questão, estas foram realizadas por Elza Neffa, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, e Paula Guimarães, do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, com o apoio da autora desta dissertação. Já as quatro entrevistas realizadas a jovens envolvidos nestas ONG foram feitas pela autora da presente dissertação, aluna do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos participantes, para tratamento de dados, e com recurso a um guião, que foi enviado numa data anterior à entrevista. O guião dos entrevistados foi concebido de forma a proporcionar uma entrevista semiestruturada, de maneira a obter respostas a questões relevantes ao estudo, dando relativa liberdade ao entrevistado para relacionar as questões com a vivência pessoal e outros assuntos, ligados à intervenção educativa e ambiental das ONG em causa.

Partindo do princípio que atualmente um desenvolvimento sustentável é um tema sob forte debate, perguntas sobre esse conceito eram essenciais para determinar a que fenômenos sociais os entrevistados atribuíam a não generalização de um desenvolvimento

mais respeitador das pessoas e da natureza ou se consideravam tal ideia possível. Sendo que o conceito de desenvolvimento sustentável que conhecemos surgiu na década de 1980, a parte inicial da entrevista focou-se no entendimento que os entrevistados tinham desse conceito e acima de tudo da ligação entre este conceito e o sistema de produção capitalista, abordando-se a possibilidade de harmonia entre ambos. Em seguida um apontamento remetia para os três grandes pilares da vida humana em sociedade: o Estado, o trabalho e o capital, com o propósito de complementar a pergunta inicial e desenvolver as causas da crise ambiental e social que vivemos de maneira generalizada.

Passado para um outro momento na entrevista, a terceira pergunta tinha o objetivo de indagar sobre uma possível transição social, partindo do princípio que o atual meio de produção capitalista não é compatível com um desenvolvimento justo e sustentável. Indagava-se igualmente se poderemos atingir um desenvolvimento justo e sustentável, a partir de uma total mutação social e económica, uma nova ordem política. Questionou-se igualmente qual o papel dos indivíduos neste processo e o papel do Estado.

As últimas questões deste guião procuraram obter do entrevistado informações mais específicas, nomeadamente acerca da intervenção política do Estado português e como podem (ou não) impactar os pareceres de entidades independentes, como ONG, relativos a projetos públicos, no desenvolvimento sustentável. Por fim, abordaram-se ações que pudessem reverter, ou no mínimo abrandar, o rumo trágico das alterações climáticas, tanto ao nível nacional como mundial.

Como já se referiu, garantiu-se o anonimato aos participantes entrevistados, procurando-se analisar com imparcialidade as falas dos inquiridos. Neste sentido, as citações das entrevistas incluídas nesta dissertação tiveram como critério a data de realização das entrevistas e a categorização dos elementos e dos jovens entrevistados, de forma a se proceder a um paralelo entre falas obtidas.

Os objetivos da pesquisa passaram também por analisar o papel dos jovens portugueses no ativismo juvenil relativamente ao desenvolvimento sustentável, sobretudo no âmbito de ações de educação não formal. Quais as suas motivações? Como consideram as questões relativas à educação não formal e ao desenvolvimento sustentável? No âmbito desta pesquisa, os direitos humanos são vistos como essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, assim como a educação que permite compreender a pluralidade do mundo, o contacto com o outro e o respeito pela natureza. Ao entrevistar elementos e jovens de ONG sobre as suas vivências e experiências, pretendia-se a entender as prioridades de diferentes gerações face ao ambiente e aos esforços desenvolvidos pelas ONG, através da educação, para promover os direitos humanos através do desenvolvimento sustentável.

2.2. Categorias de análise das entrevistas

Para a análise dos dados recolhidos foram utilizadas seis categorias de análise:

- 1) O Desenvolvimento Sustentável - o conceito e o que representa, para os entrevistados, sobre um futuro sustentável e a possibilidade de reverter a crise climática atualmente vivida.
- 2) A Sustentabilidade - os fenómenos relativos à crise ambiental e quais os caminhos que coletivamente podemos tomar. Esta categoria tem o objetivo de estabelecer um paralelo entre perceções apontadas por diferentes gerações de inquiridos.
- 3) A Educação Não Formal - um dos pilares da pesquisa e estratégia para a informação e consciencialização dos indivíduos acerca dos desafios com os quais as sociedades se confrontam na atualidade.
- 4) O Contributo dos Jovens - no quadro das ONG, procurando debater se os jovens se interessam por tais causas sociais ou se existem outras motivações que tornem a sua participação residual.
- 5) A Missão/Promoção do Ambiente - a análise da por parte das ONG da visibilidade de medidas defensoras do ambiente junto da população, pois qualquer ação de sensibilização pode ajudar a manter a população ligada à dita causa.
- 6) O Ativismo juvenil - as ações de protesto, umas mais radicais que outras, na promoção do desenvolvimento sustentável.

2.3. Descrição das ONG

À luz dos conceitos acima mencionados, de seguida segue-se a análise das ONG em causa a partir da informação que pode ser encontrada nos *sites* destas entidades.

QUERCUS²

A Quercus é uma ONG portuguesa que nasceu a 31 de outubro de 1985. É uma associação ambientalista formada em torno de valores de conservação da natureza, a partir do conceito de desenvolvimento sustentável. A análise do *site* remete para a clareza da mensagem e a premissa da organização. Sendo um dos maiores nomes portugueses na proteção e conservação da natureza, a Quercus ocupa um lugar de referência nacional e defende uma perspetiva de desenvolvimento sustentado, ou seja, um desenvolvimento que o ambiente possa suportar.

O *site* relembra as causas nacionais e internacionais que defende esta ONG, como a conservação da natureza e da biodiversidade, formas alternativas de produção de energia, tratamento de resíduos e obtenção de água, alterações climáticas e consumo sustentável. Os programas educativos merecem destaque, incluindo responsabilidade ambiental e transformações nos nossos modos de viver, produzir e consumir. Estas causas são possíveis graças ao trabalho de vários grupos que têm projetos permanentes, como é o exemplo do projeto “A minha escola é o Planeta” que incentiva trabalhos artísticos junto do público juvenil com o objetivo de sensibilizar para um uso de recursos consciente e ensinamentos sobre grandes pilares basilares do desenvolvimento sustentável; como o caso da Água. Tendo em conta que o público-alvo são crianças do 1º e 2º ciclo do ensino básico, estes projetos são essenciais para um crescimento saudável e consciência crítica sobre o estado do clima.

² Para mais informações, consultar <https://quercus.pt/>

Esta organização ocupa um lugar importante na defesa e conservação da natureza em Portugal, pelos seus valores éticos que a integram. Esta ONG defende a descentralização da sua própria estrutura organizacional: possui diversos núcleos em diversos centros urbanos e órgãos regionais espalhados um pouco por todo o país - são 18 núcleos regionais. Esta estrutura confere a esta organização um olhar único sobre as diferentes necessidades de cada região, dado que estão mais perto da população e envolvidos em atividades de sensibilização.

A Quercus recebeu em 1992 o prémio Global 500 das Nações Unidas.

GEOTA³

O Geota – Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente é uma organização não-governamental de Ambiente (ONGA) de âmbito nacional, com estatuto de utilidade pública. Constituiu-se legalmente em 1986, mas a sua existência enquanto grupo de reflexão e educação na área do ambiente remonta a 1981.

O GEOTA tem como missão a defesa do ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável, segundo as vertentes da educação, da informação, da formação profissional, da reflexão e intervenção política, da cooperação para o desenvolvimento e da realização de ações para a resolução de problemas ambientais específicos. Esta ONG nasceu a partir de uma ideia fundamental: é indispensável considerar o ambiente como um fator central de desenvolvimento. Não há desenvolvimento possível sem salvaguardar os recursos ambientais, tal como não é possível proteger o ambiente à revelia das aspirações dos cidadãos. Defende-se nesta ONG um conceito de ambiente, englobando não só a natureza, mas também a paisagem humanizada, os valores culturais, a qualidade de vida das pessoas

³ Para mais informações, consultar <https://www.geota.pt/>

e a gestão dos recursos naturais. Questiona e mantém uma posição independente em relação às políticas públicas.

SPEA⁴

A SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves trabalha na proteção de aves portuguesas e dos habitats únicos em que vivem e dos quais dependem totalmente. Defende que qualquer alteração climática afeta diretamente estas espécies únicas. Esta ONG vive essencialmente de parcerias, sócios e voluntários que acompanham espécies e por vezes intervêm na conservação do ambiente, através de construções de ninhos ou na remoção de outras espécies invasoras. Tem também um papel importante no combate a crimes contra o ambiente. É a parceira portuguesa da *Birdlife International* e nasceu a 25 de novembro de 1993. O *site* indica os prémios que esta ONG arrecadou, assim como projetos de educação ambiental.

A ROCHA⁵

Esta é uma ONG com ligações internacionais a outras organizações com a mesma designação, de inspiração cristã, dedicada à conservação e proteção do ambiente. Desenvolve pesquisas científicas que possam produzir formas para proteger espécies. Possui uma característica única: a cooperação com comunidades locais, nomeadamente agrupamentos de escolas, mantendo por isso uma ligação de proximidade com a população. Possui experiência comunitária e multicultural e também um programa de educação ambiental que passa tanto pela proteção do ambiente como pela proteção de espécies. Desenvolve várias atividades de *storytelling* no centro de estudos que a integra e recebe todos aqueles tiverem vontade de aprender e participar na conservação da natureza, desde pequenas turmas de alunos, a professores ou até mesmo cientistas onde

⁴ Para mais informações, consultar <https://spea.pt/>

⁵ Para mais informações, consultar <https://www.lpn.pt/>

podem desfrutar de um local rodeado de natureza, que tornam esta experiência mais real e urgente.

LPN⁶

A LPN - Liga para a Proteção da Natureza é uma ONGA, sem fins lucrativos desde 1948. Trata-se da organização de proteção do ambiente mais antiga da Península Ibérica. A sede desta organização serve de palco para o Centro de Formação Ambiental e para o Centro de Estudos e Atividades Especiais. A organização possui ainda herdades que perfazem um total de 1800 hectares. Atualmente existem mais de 6 programas em curso, nomeadamente o Programa do Lince, Programa Castro Verde sustentável, Programa Florestas, assim como projetos cofinanciados pela União Europeia, entre outros. A principal missão desta instituição é a promoção e proteção da natureza numa perspetiva de desenvolvimento sustentável e o trabalho com outras organizações semelhantes com o objetivo de sensibilizar a população para uma maior participação na promoção do desenvolvimento sustentável. Atualmente, participa enquanto instituição no planeamento do território, o que é uma tarefa importante se pensarmos que Portugal quando enfrenta diversas calamidades naturais, como os incêndios rurais. Ao nível educativo, a LPN possui várias parcerias, recebendo estagiários e alunos de vários ciclos de estudos, assim como pesquisadores que se interessam pela preservação do ambiente. Organiza ainda e workshops, debates e seminários.

ZERO⁷

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável foi criada há seis anos e assume-se como associação de defesa do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade. Possui oito compromissos; promoção de ações que contribuam para travar e reverter a

⁶ Para mais informações, consultar <https://www.lpn.pt/>

⁷ Para mais informações, consultar <https://zero.org/>

degradação do ambiente e a insustentabilidade no uso dos recursos naturais; valorização da biodiversidade; desenvolvimentos de projetos demonstrativos de sustentabilidade; promoção da cidadania ambiental; contribuição para a difusão do conhecimento científico, e assim munir a população de armas com as quais pode lutar contra a insustentabilidade do ambiente; colaboração; estabelecer-se como polo de reflexão sobre o futuro e como as ações políticas afetam as populações; e contribuição e cooperação de todos os estados e povos.

A ZERO tem ainda uma missão política de lutar para alcançar o valor zero de emissão de combustíveis fósseis, zero poluição, zero desperdício de recursos, zero destruição de ecossistemas e biodiversidade e zero desigualdade social e económica.

CAPÍTULO 3 – Análise de dados

3. Análise das entrevistas

Relativamente ao desenvolvimento sustentável, verificou-se um certo consenso na medida em que todos os entrevistados compreendem a urgência da crise climática. Contudo, são evidentes diferentes óticas no motivo para tal crise e a maioria consegue estabelecer uma relação entre a crise ambiental e a economia e/ou o sistema capitalista, se, por um lado, 3 participantes consideram que um sistema capitalista não é compatível com harmonia ambiental e que a questão climática não é priorizada em igual proporção da questão económica; “desenvolvimento sustentável dentro da lógica de produção de hoje em dia é um oxímoro porque o desenvolvimento nunca pode ser sustentável” (Jovem 1), “é tão difícil inverter este paradigma porque este sistema capitalista que tem muito dinheiro em marketing consegue influenciar todo um conjunto de hábitos de consumo que são considerados normais socialmente” (Elemento A).

O desenvolvimento sustentável é atualmente uma temática globalmente bem aceite, no sentido em que a generalidade da população mundial levanta preocupações acerca do futuro do planeta independentemente de agir ou se manifestar mais ou menos intensamente. É também justo assumir que a parte mais impactada e perplexa com a crise climática são as gerações mais novas. Nesta pesquisa procurei entender se os jovens partilham entre si o mesmo nível de preocupação e ideais acerca do clima e também acerca dos motivos e das soluções. Por outro lado, também procurámos compreender se os jovens atribuem a crise climática às mesmas causas que as gerações mais velhas, se tal se pode mitigar individualmente ou se tal apenas é possível com uma forte intervenção do estado.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável pôde concluir-se que, de maneira generalizada, todos os entrevistados reconheceram a importância de uma consciência

ecológica forte, contudo, as respostas variam acima de tudo na atribuição de responsabilidades. Alguns acreditam ser uma responsabilidade repartida entre o indivíduo e o estado governativo: “vamos sempre arranjar desculpas para nunca fazer aquilo que efetivamente tem que ser feito” –Elemento A. Por um lado defende que socialmente é difícil manter a coerência e preocupação para com o ambiente e o exterior, quer seja com a alimentação ou meios de transporte, contudo não se resume apenas a pequenas escolhas individuais: “é tão difícil inverter este paradigma porque este sistema capitalista que tem muito dinheiro em marketing consegue influenciar todo um conjunto de hábitos de consumo”, e desta forma o indivíduo também é manipulado socialmente por acreditar que determinado produto é verdadeiramente essencial para o seu quotidiano.

No Elemento B, vimos uma ligeira discordância de opinião pois considerou que o verdadeiro poluidor é o “primário”. A poluição tem um ciclo e esse ciclo inicia-se com a produção do produto, quando é posto ao alcance da população, uma grande parte dos recursos já foram utilizados e esse facto não se altera se a população decidir adquirir o produto ou não. “Sustentabilidade tem de ser responsabilidade daqueles que, de facto, colocam os bens à disposição”.

Já o Elemento C sublinhou que a sustentabilidade está diretamente relacionada com a qualidade de vida, e qualidade de bens que cada indivíduo tem não é diretamente proporcional à qualidade de vida e bem-estar de cada um.

De maneira geral todos os entrevistados demonstraram uma visão semelhante no que diz respeito ao desenvolvimento sustentável e o lugar que ocupa na sociedade atual. O Elemento D sublinhou também que um dos grandes problemas que enfrentamos na busca e implementação de um desenvolvimento sustentável é o fenómeno *greenwashing* onde aparentemente, a instituição, governo ou empresa em questão demonstra preocupação para com a proteção do ambiente, mas são apenas pequenas mudanças em logótipos e nas

suas mensagens ou *sites*, mas sem verdadeiro compromisso ou mudança nos métodos que usam. Alguns entrevistados referiram exemplos, como o caso do Elemento F, “vivemos numa sociedade onde ainda funciona muito a economia linear... temos de discutir como é que se põe a funcionar a economia circular” de como esta tarefa pode parecer hercúlea. Vivendo no século da tecnologia, ciência e progresso, ainda é necessário reaprender a utilizar e reutilizar recursos, pois em toda a sua trajetória, o homem ainda nunca se deparou com o esgotamento de recursos como atualmente. Vivemos dependentes, na esmagadora maioria, das tarefas do dia a dia, de combustíveis fósseis quer para transportes de pessoas, bens ou mercadorias, quer para energia, sem os quais a sociedade não consegue viver e para os quais ainda não arranjou substituto a uma escala significativa. O desenvolvimento sustentável pode ser definido por isso mesmo: uma transição efetiva a grande escala, que esteja ao dispor de todas as pessoas, que nos permita verdadeiramente não recorrer aos combustíveis fósseis.

Os jovens entrevistados reforçaram uma linha de pensamento semelhante aos elementos destas organizações não governamentais. O Jovem 1 começou por destacar precisamente a necessidade de uma transição na “ótica de regeneração”. Este Jovem 1 reforçou a ambiguidade da palavra “Desenvolvimento” no conceito de desenvolvimento sustentável, já que desenvolvimento, na maioria dos casos e principalmente na visão ocidental, significa crescimento económico, o que acredita ser um “dos principais fatores das crises ambientais”. Partindo desse princípio, o Jovem 1 referiu que talvez devêssemos olhar este desenvolvimento como regeneração daquilo que já existe e refletir sobre esta mudança de paradigma. Segundo o mesmo, também que estes conceitos, apesar de criados para a sociedade em geral, não têm em conta as verdadeiras necessidades das mesmas ou sequer o objetivo da melhoria das qualidades de vida das populações. Para além disso, o conceito de desenvolvimento sustentável, mesmo quando tem o objetivo de melhorar a qualidade

de vida das populações, precisa ser adaptado a diferentes partes do globo, nomeadamente países do Hemisfério Sul (comumente chamados de países sem desenvolvimento), pois as suas carências são diferentes e mais profundas de maneira geral. Já o Jovem 2 definiu o desenvolvimento sustentável de maneira bastante sucinta, acredita ser um conceito que não tem lugar “na lógica de produção de hoje em dia”, que se baseia numa busca de lucro generalizado a todas as áreas e indústrias de forma a trazer proveito económico significativo. Desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável em si já supõe algo datado e que necessita de ser repensado. Seguiu a lógica do Jovem 1 e também refere que um desenvolvimento que é sustentável não poderá ser o desenvolvimento a que estamos habituados e não pode subentender crescimento económico. Bastante diferente das duas primeiras respostas, o Jovem 3 acredita que o desenvolvimento económico pode ser o caminho para uma sociedade mais “evoluída, justa social e economicamente, em que todos participem nos processos de tomada de decisão”. O Jovem 3 não questionou o conceito de desenvolvimento sustentável em si, apenas criou uma correlação positiva entre esse termo e aquilo que considera serem as prioridades de todos os países, defender a sua população procurando tomar decisões que permitam um futuro para as próximas gerações. Claramente há uma linha de pensamento muito semelhante com o relatório Brundtland (WCED, 1987), que defende um uso ponderado de recursos ambientais que não comprometa o uso dos mesmos para gerações futuras. O Jovem 4 por sua vez, também descreveu desenvolvimento sustentável com a exata definição trabalhada pelo relatório Brundtland.

Referente à categoria de análise de Posição de Sustentabilidade, que examina simultaneamente a posição política e social acerca da responsabilidade da crise climática, mas acima de tudo como poderia ser solucionada e qual o papel do estado, o Elemento A começou por referir que o desenvolvimento sustentável está assente num “paradigma

capitalista que tem muito dinheiro em marketing consegue influenciar todo um conjunto de hábitos de consumo...insustentáveis”. Tal fez com que as sociedades de forma geral se habituassem a certos padrões de vida e de conforto que disse não serem comportáveis uma vida harmoniosa com o planeta. O Elemento A acredita ser complexo uma mudança de pensamento que consiga atenuar as crises climáticas pois o mesmo é visto como uma “perda de conforto”. Tais padrões de vida tornam-se mais evidentes quando comparamos sociedades ou grupos económicos que contribuem para o atual fosso entre os mais ricos e os mais pobres a nível mundial.

Outro ponto interessante que levantou foi o facto de mesmo quando determinadas populações de um país se encontram em situações económicas mais desfavoráveis, o PIB (produto interno bruto, um dos principais indicadores económicos que analisa a produtividade económica de uma região ou país) continua a crescer devido a “oligarquias”. O uso de bens comuns ao serviço de entidades ou pessoas privadas, que não enriquecem a população, e ademais contribuem para o malefício da mesma, são uma das causas deste desenvolvimento sustentável não existir na sua opinião. O Elemento A colocou grande ênfase no consumismo da atual sociedade e no modelo económico vigente, que depende estruturalmente “das importações, exportações de um consumo desenfreado de uma produção desenfreada para satisfazer um consumo que é artificial e é induzido”.

Assim como o primeiro entrevistado, o Elemento B também defendeu que o mercado atual se encontra ao serviço de mercados internacionais e não para o bem-estar e qualidade de vida das populações locais. No que diz respeito à posição sobre a sustentabilidade, o Elemento B demarcou claramente que as causas da inexistência da mesma são de origem externa e não devem recair sobre o indivíduo pois este não escolhe que produtos são postos à sua disposição. “Se nós formos a um supermercado e tivermos

embalagens de plástico, não é por culpa nossa que as embalagens são de plástico”. Indo ao encontro da opinião do Elemento A, o Elemento B defendeu que apesar de não ser a população que escolhe os bens e produtos que são postos à sua disposição, e aos quais podemos ser fortemente influenciados a adquirir, somos nós enquanto grupo que, teremos de lidar com a insustentabilidade de tais bens e produtos. Para além disso, não pode nem deve ser apenas o indivíduo a consciencializar-se da necessidade da sociedade. São os agentes governativos que precisam fazer o levantamento das necessidades das populações agindo em conformidade e criando legislações protetivas nesse sentido. Também o Elemento C atribui importância à consciência individual e abriu a discussão acerca da alimentação, que acredita dever ser uma alimentação que privilegia o menor uso possível de recursos, mas mais que isso, trabalhar na prevenção de produção de resíduos em vez de trabalhar na sua separação. Esta consciência efetiva do nosso lugar na cadeia de poluição, torna-nos capacitados para compreender que passos devemos dar coletivamente e não desperdiçar meios por exemplo na “reciclagem” quando a verdade factual é que o lixo já foi produzido. Tal não significa que estes passos não sejam importantes, mas não podem ser a única solução para um problema desta dimensão, assim como “as energias renováveis fazem parte da solução, mas têm impactos”. Sintetizando, o Elemento C acredita que apesar de o poder não pertencer na totalidade ao indivíduo, a consciência do mesmo ajuda na procura do equilíbrio ambiental, no sentido em que podemos analisar criticamente as soluções postas ao nosso alcance e discernir se são eficazes. No caso do Elemento D, o mesmo referiu que o berço da mudança começa na academia com a exploração de hipóteses previamente ponderadas, estudadas e creditadas para gerar mudança. O mundo regido pelo capital apenas apresenta ao indivíduo, sempre visto como consumidor, soluções a questões que ele próprio levanta, assim sendo, a consciência e preocupação pelo ambiente tem de ser um fator na vida de uma sociedade comum para

que as soluções possam vir de encontro às populações. Contudo, segundo o Elemento D, enfrentamos um crescente problema, o *greenwashing*⁸, fenómeno que visa mascarar um compromisso ambiental por parte de determinada entidade, instituição, empresa ou até mesmo governo, de forma a parecer empenhada em combater as causas da crise ambiental, mas na verdade adotando apenas “a linguagem, mas as práticas continuam quase sempre as mesmas”.

Analisando o Elemento E é justo afirmar que considera muito influente o peso que as grandes empresas têm na implementação de um futuro sustentável. A natureza de grandes empresas internacionais é sempre comercial e lucrativa, por isso não pode ser expectável que tenham determinação ou abertura para modificar o pensamento e consequentemente o modelo de negócio, contudo o Elemento D levantou um problema superior. Grandes empresas têm a capacidade de influenciar e persuadir políticas públicas, pois “o ambiente é um interesse público”.

O Elemento F também mencionou a importância de estudos e análises imparciais sobre os verdadeiros consumos utilizados e os consumos que o planeta pode efetivamente fornecer. Porém, acredita que parte da solução está na mudança de mentalidade sobre o que significa conforto e que de maneira geral, é categórico usarmos menos recursos a todos os níveis sem que tal seja encarado como uma perda de qualidade de vida, relacionando-se com a posição do Elemento A. Um “decrecimento sustentável” não está necessariamente relacionado com um decrecimento social ou económico, mas pode ser ressignificar o que entendemos por desenvolvimento económico, pois um país com indicadores económicos altos não representa uma sociedade economicamente favorecida na sua totalidade, mas ainda que tal se verificasse, o equilíbrio ambiental enquanto bem

⁸ Para mais informações, consultar <https://www.nrdc.org/stories/what-greenwashing>

comum seria totalmente descartado. Desta forma, uma discussão sobre o caminho mais vantajoso para o futuro de uma sociedade é imperativa.

Referente ainda à posição de sustentabilidade o Jovem 1 referiu, sucintamente, que não acredita ser suficiente falar acerca do papel do indivíduo, pois a mudança de comportamento no singular não basta. Ele acredita que enquanto o indivíduo estiver inserido num sistema capitalista, que por definição não é sustentável, não conseguiremos atingir um desenvolvimento sustentável. Assim, uma regulamentação forte, que não depende na sua maioria da população, é essencial.

Já o Jovem 2 reconheceu que a população pode vir a ter mais influência social se mudar o seu comportamento, nomeadamente em ações de ativismo, pois acredita serem apáticas e fatalistas “Se hoje em dia as gerações forem exatamente iguais às anteriores, se tiverem a mesma cognição que as anteriores nós já sabemos o que vai acontecer”.

O Jovem 3 descreveu a sua posição com uma contradição. Contradição entre o sistema económico vigente em grande parte do globo, que se alimenta da destruição de habitats e utilização excessiva de recursos naturais, e desenvolvimento sustentável. Agentes governativos não podem ter em igual conta a defesa de um sistema capitalista e o equilíbrio ambiental pois são inversos. Mencionou ainda os direitos e objetivos previstos pelas Nações Unidas no âmbito ambiental que não são cumpridos pois “têm servido para fins mais ou menos decorativos”.

Bastante diferente foi a opinião do Jovem 4, embora tenha defendido a importância do ambiente, referiu que atingir na sua plenitude um desenvolvimento sustentável é impossível. A nossa busca deve ser, portanto objetiva, procurando alcançar metas concretas num determinado espaço de tempo.

A terceira categoria de análise das entrevistas foi a educação não formal que teve como objetivo tentar compreender que opinião têm desta ferramenta como forma de

sensibilização de populações e/ou comunidades. O Elemento A refletiu que a educação não formal permite ao indivíduo uma conexão mais profunda, neste caso com a natureza, promovendo uma maior entrega pela causa que passa a ser encarada com uma causa pessoal. Para o Elemento B a educação não formal é a chave para um novo modelo de educação que permite ao sujeito repensar todo um conjunto de valores culturais, profundamente ligados ao consumismo como um modelo de desenvolvimento. Num mundo onde tudo pode ser adquirido pelo capital, apoiar uma educação que analise criticamente valores, traz ao indivíduo ferramentas fundamentais para a perceção de bens imateriais, algo que não pode ser adquirido pelo homem, como o caso dos recursos ambientais e da sustentabilidade.

No caso do Elemento C foi visível uma preocupação de adaptação da mensagem de forma a chegar a diferentes comunidades. Educação não formal tem sempre o objetivo que tentar penetrar em todos os grupos etários e chegar ao maior número possível de pessoas, neste caso a mensagem tem de acompanhar as diferenças culturais da comunidade, mais especificamente junto de “comunidades religiosas...uma pequena mudança que as pessoas ouvem falar e que querem passar à prática”. Desta forma, a população sente-se vista e é tida em conta num contexto governativo.

O Elemento D reforçou a ideia de que os jovens são o futuro e dessa forma, devemos em sociedade, procurar instigar a mudança a este grupo “menos formatado” e acostumado com sistema governativo e com as poucas alternativas que nos são disponibilizadas. Frequentemente, os jovens são vistos como um grupo social mais disponível para a mudança, segundo o Elemento D devemos tirar proveito de tal facto sempre procurando auxiliar e levar a informação às pessoas.

Comparativamente, o Jovem 1 relatou que também acredita ser junto das crianças que podemos proporcionar uma maior mudança pois em tão tenra idade é mais frutífero

estabelecer ligações com a natureza pois começam “desde pequeninos a prestar atenção a estes tópicos e serem ativistas”. Por outro lado, o Jovem 2 descreveu a educação nas escolas como uma “conceção liberal e rápida do desenvolvimento sustentável” que dá pequenas ferramentas ao indivíduo que se concentra apenas nas suas ações sem compreender o sistema onde está inserido.

Focando-se no sistema educacional português, o Jovem 3 descreveu as suas preocupações em relação à educação para um desenvolvimento sustentável, que em vez de um conceito vago acredita ser um projeto essencial para toda e qualquer forma de vida. Desta forma este conceito é centrado em volta das pequenas ações do indivíduo, o que resulta numa falta de consciência acerca das causas da poluição no geral, mas também numa culpabilização que pode fazer com que o indivíduo não se mostre disponível para fazer mudanças no seu quotidiano pela grande pressão. Numa posição contrária, o Jovem 4 descreveu que uma educação para a sustentabilidade, resulta num mundo mais tolerante e que o foco em ações que todos podemos praticar com a finalidade de sermos mais sustentáveis, capacita o indivíduo é essencial. Mais uma vez, o Jovem 4 também defendeu que a faixa etária mais relevante na luta climática são os jovens.

A quarta categoria de análise foi o contributo jovem, no geral, e junto de instituições de defesa do ambiente. O Elemento A admitiu que os jovens não são incluídos no processo de tomada de decisões tanto a nível institucional como educativo. Esta pesquisa também teve o objetivo de compreender se os jovens inseridos em organizações de defesa do ambiente se sentem ouvidos e representados, pois o sucesso das mesmas depende de uma harmonia entre a experiência de membros seniores e a energia e vitalidade dos mais jovens. O Elemento A considerou que tal conciliação é difícil e complexa pela falta de visão e divergência de opiniões. O Elemento B revelou ter as mesmas preocupações acerca do trabalho em conjunto das duas gerações. Em organizações com décadas de

existência e trabalho, considera-se que determinado modelo de funcionamento não deve sofrer alterações, desta forma, jovens que defendem o ativismo ambiental como uma ferramenta fundamental para a passagem de informação eficaz e rápida, não se reveem em práticas mais moderadas dado o avanço da crise climática. Segundo o Elemento B é também importante informar estes jovens de forma transparente, pois o repúdio de ações de sensibilização mais radicais por parte das organizações pode ser visto como um indicador de conflito de interesses junto de instituições públicas.

O Elemento D teve uma visão distinta e acredita que parte do problema da falta de jovens envolvidos em organizações de defesa do ambiente se prende com a falta de compromisso e dedicação dos mesmos. Para além deste facto, é uma geração profundamente cercada de tecnologia e com diferentes metodologias, o que na sua opinião significa que os jovens esperam geralmente soluções rápidas. Apesar das dificuldades desta relação intergeracional, o Elemento E sublinhou que os jovens são uma ajuda imprescindível na defesa do ambiente e a geração mais consciente da crise climática das últimas décadas, contudo num registo mais drástico, o que pode ser mais positivo ou mais negativo.

O Elemento F discordou e sublinhou que, na sua experiência, o contributo dos jovens é cada vez mais escasso e os que ainda estão envolvidos com a sua organização não são facilmente integrados.

Passando à visão dos jovens, o Jovem 1 disse-nos que acha difícil o trabalho conjunto com organizações antigas pois estas dificilmente permitem mudanças estruturais na sua génese. Tal facto pode estar na origem da escassez de jovens envolvidos com estas organizações e por outro lado um incentivo à criação de novas organizações ou associações que se possam enquadrar com as suas ideologias e metodologias. O Jovem 2 também partilhou a mesma opinião e reforçou que é uma geração muito consciente dos problemas ambientais, senão a mais consciente.

O Jovem 3 revelou a mesma opinião do Elemento D e admitiu que os jovens muitas vezes não estão preparados para uma responsabilidade administrativa dentro das organizações o que resulta de um descompromisso e afastamento da luta pela defesa do ambiente. Apesar de também acreditar ser a geração mais munida de sensibilidade para a questão ambiental.

A quinta categoria de análise foi a missão e promoção do ambiente por parte das organizações não governamentais em questão. O Elemento A indicou que parcerias com entidades governativas, como municípios, são essenciais para poder chegar até às populações locais e conseguirem projetos de implantação que futuramente possam ser adotados por estes tipos de governação local ainda que não sejam impostos pelo governo. Adicionalmente, se estes governos locais forem localizados no interior, as políticas florestais tomam uma importância ainda maior pois a maioria da floresta portuguesa encontra-se em regiões rurais, contudo “80% das pessoas a viver em contexto urbano”.

O Elemento B mencionou também o papel de estudo que estas instituições podem ter, sendo pioneiras em estudos biológicos, de floresta, geológicos ou de habitats naturais na região europeia em que estamos inseridos. Estes estudos são fundamentais para uma compreensão dos impactos ambientais de determinado local pois a poluição manifesta-se de forma diferente e têm causas distintas.

Para além do papel a nível académico e científico estas organizações têm as competências necessárias para compreender como equilibrar medidas sociais e a qualidade de vida das populações. Mais que uma economia forte é imperativo realizar o levantamento das necessidades efetivas de uma comunidade e tal só pode ser alcançado com políticas de proximidade. Seguido por uma presença forte em conferências internacionais do ambiente e das Nações Unidas que possuem a estrutura para realizar mudanças efetivas

com estes relatórios. Estas organizações podem também trabalhar num âmbito reativo em contexto ambiental ao denunciar ilegalidades e execuções judiciais.

Na visão do Jovem 1 a missão de uma organização de defesa do ambiente também é necessária para a mobilização e orientação da sociedade. Grandes ações de protesto que poderão vir a conquistar relevância junto de órgãos governativos, são uma grande ferramenta de trabalho para associações com recursos limitados. Desta forma, a tentativa de representação em forma de políticas públicas é vital, assim como o combate da desinformação crescente principalmente disseminada em redes sociais e facilmente propagada. A missão de uma ONG é também a busca da essência de um país e proteção do seu território.

Relativamente ao ativismo como forma de protesto e sensibilização, os Elementos admitiram que podem ter consequências junto da população que não se revê nestas ações mais radicais e as pode afastar de associações de defesa do ambiente. Pela experiência do Elemento A, alguns jovens, apesar da luta pelo clima, preferem um trabalho mais ligado à natureza e nem sempre sentem necessidade de se inserir em ações de reivindicação. Nesta linha de pensamento também consideram que mais importante que ações de protesto, possivelmente polémicas, uma mudança do estilo de vida seria imprescindível pois mesmo que tais reivindicações sejam reconhecidas é importante fazer mudanças, pois uma manifestação em si é uma ação relativamente simples, mas por si só não consegue sustentar uma organização.

Outro ponto relevante foi a ligação partidária que tais manifestações podem causar, que no ponto de vista do Elemento E é determinante para a sobrevivência de uma organização não governamental. Os valores de uma organização não governamental passam abundantemente pela sua independência e imparcialidade. Arriscar um vínculo ou associação por parte do público a partidos políticos têm os seus efeitos negativos,

nomeadamente éticos, mas também pelo afastamento de toda a população que não se encaixa nessa ideologia política. Tendo em conta o já mencionado facto de que as associações de defesa do ambiente precisarem de forma urgente de associados e voz coletiva que torne as preocupações da população ouvidas, esta ligação pode ter efeitos contrários.

Enquanto que outros jovens consideraram que ações de protesto e ativismo lhes podem trazer ferramentas para o quotidiano e ser benéfico a nível social, já que ações de consciencialização sem choque e inconveniência não geram mudança pois não incomodam a população e não sensibilizam para o tema. Tais ações podem ter um limite socialmente aceite, mas de forma geral precisam inquietar o espectador para poder gerar mudança. Significa também o encontro de uma geração e a ação perante o descontentamento causado ao ambiente e ao dano que tal implica na população. Apesar de não substituir o trabalho moroso dessas organizações junto de órgãos institucionais, marchas e ações de protesto têm um poder popular e para além de sensibilizarem a população também agem como uma angariação de associados. Para o Jovem 1, a forte crítica perante uma ação de protesto polémica, também significa a falta de compreensão perante a gravidade da crise climática.

O Elemento D referiu que considera que em Portugal os habitantes possuem uma vontade grande de estabilidade emocional e, por isso, buscam, nas suas vidas, alívio e reforço emocional para fazer face às dificuldades do lado profissional e que conseqüentemente sobre menos disponibilidade para investir em causas sociais em geral pois a sua energia e tempo é direcionado para a família e amigos. Tal se verifica tanto nos jovens como nas camadas mais seniores da população portuguesa.

“sociedades onde as pessoas estão muito viradas para os amigos próximos e para a família e tem pouco disponibilidade de tempo e emocional para investir na sociedade em geral, ao contrário daquilo que acontece nas sociedades da europa central e da europa do Norte em que as pessoas estão menos próximas da família, mas investem mais no coletivo” (Elemento C).

Se, de acordo com o Elemento D a população portuguesa gastar maioritariamente o seu tempo e disponibilidade emocional com a família e lado social, estes números agravam ainda mais esse possível cenário, pois os jovens encontram um grande leque de dificuldades deixando-os ainda menos disponíveis para tomar partido numa narrativa de mudança e representatividade. Em sociedades onde a população encontra vários problemas sociais e dificuldades económicas, ela fica menos suscetível a problemas externos e a querer envolver-se.

3.1. Interpretação dos dados das entrevistas

A produção de conhecimento da presente pesquisa depende, na sua totalidade, dos dados recolhidos e explorados. Tendo em conta os conceitos explorados na parte inicial da pesquisa e as categorias de análise criadas, passemos à interpretação.

No que concerne à categoria de análise sobre a sustentabilidade, o Elemento B defendeu que a responsabilidade do desequilíbrio do planeta não depende do indivíduo e uma culpabilização ou uso de campanhas de sensibilização que apenas alertam para ações simples praticadas todos os dias pelo homem, não demonstra a verdadeira raiz do problema ambiental, fazendo apenas com que a população não tenha conhecimento de atrocidade cometidas contra o ambiente e não possua ferramentas para lutar pelo ambiente, um direito de todos. "Uma indústria pode trabalhar com níveis inaceitáveis de poluição do ar e da água porque as pessoas prejudicadas são pobres e não têm condições de reclamar".

Uma comunidade que não tenha conhecimento das verdadeiras causas da questão climática não se pode fazer ouvir e não desfruta de um Estado que conceda, em plenitude, aos seus cidadãos liberdades.

A União Europeia já realizou um trabalho de investigação acerca do conceito que o Elemento B levanta, poluidor-pagador (TCE, 2021). Este princípio contextualiza onde a população se encaixa numa lógica comercial de bens e serviços. Pode afirmar-se que determinado indivíduo faz escolhas diárias que representam mais ou menos nível de poluição ao seu redor, contudo quem coloca os bens e serviços postos à disposição da população é o poluidor primário. Desta forma, o facto do indivíduo adquirir ou não o produto não altera o impacto ambiental inicial que foi causado na sua criação. Adicionalmente, a população nem sempre tem as ferramentas necessárias para ponderar com informação, as consequências ambientais das suas escolhas diárias.

Um sistema governativo que não protege os seus constituintes de interesses privados, que utilizam bens comuns para proveito próprio e com consequências graves que fragilizam a parte mais vulnerável da população, mostram-se ineficazes e parciais, não criando um futuro sustentável e retirando a pouca influência que as comunidades têm para lutar pela causa ambiental e social.

Outro aspeto relevante que a presente pesquisa demonstra, é a forte ligação da causa ambiental com a causa social. Esta relação simbiótica é evidente quando analisadas as causas e consequências da crise climática. As populações mais empobrecidas económica e socialmente ou a nível educativo, não possuem discernimento ou ferramentas para lutar pelos seus interesses, assumindo tal facto como verdadeiro, estes sistemas governativos não têm porque encorajar ações de consciencialização ou promover uma educação não formal, para todas as faixas etárias, eficaz e que capacite a população com informação correta, pois tal luta é contrária ao lucro desejado para o progresso económico tão presente no mundo ocidental. O Elemento A afirmou o seguinte: “Haver melhores condições de vida (...) iria colapsar (...) todo este sistema económico que depende das importações, exportações de um consumo desenfreado de uma produção desenfreada para satisfazer um consumo que é artificial e é induzido”.

O Elemento A defende esta mesma ideia de um conflito de interesses privados e uma melhoria na qualidade de vida das populações. Um sistema económico que depende que trocas comerciais e do uso de recursos naturais não poderá instigar uma conscientização desse mesmo facto junto da população, criando um ciclo de deterioração ambiental e empobrecimento generalizado.

Privilegiando a parte económica de uma sociedade, o sistema político e cultural do ocidente é também, por sua vez, influente em todo o globo, dados do Eurostat (referencia) demonstram que apenas a Europa e os Estados Unidos são responsáveis por grande parte

do comércio mundial que tem vindo a crescer nos últimos anos apesar do aumento do empobrecimento e crescente situação precária das populações

“o modelo de desenvolvimento adotado do pós-guerra até a década de 70, baseado no tripé: a) abundância de recursos naturais; b) aumento da produtividade baseada no trabalho e desenvolvimento de tecnologias de produção; c) presença de altos índices de satisfação das sociedades (desenvolvidas e desenvolvimentistas como o Brasil) estava entrando em colapso. O ser humano, possuidor e gestor do meio natural, estava prestes a perder o controle da natureza” (Leandro & Neffa, 2010. p.5).

A configuração social atual é também alvo de grande análise nesta pesquisa pois as populações não se encontram satisfeitas com os indicadores sociais atuais. No que diz respeito aos jovens, estes enfrentam graves crises climáticas, problemas sociais ou a ascensão de grupos políticos radicais dos quais podem ser vítimas. Desta forma, a falta de participação juvenil junto de organizações de defesa do ambiente pode resultar de uma apatia e desencanto pelo mundo atual, nem sempre refletindo necessariamente a falta de preocupações para com o ambiente. Tendo isto em conta, não é possível categorizar grupos que se encontrem em acordo absoluto sobre o interesse ou desinteresse dos jovens no ambiente. Dos entrevistados há quem realça a falta de compromisso dos jovens ou quem acredite que as estruturas destas organizações não incentivam ou integram jovens associados. A mesma disparidade foi verificada nos jovens, dois dos jovens revelam que os jovens pertencem à geração mais bem informada e instruída acerca das causas da poluição ambiental comparativamente aos outros dois jovens que acreditam existir um problema de compromisso e entrega das gerações mais novas a causas ambientais. Neste sentido, o interesse ou desinteresse juvenil pela proteção ambiental tem várias causas e nuances não sendo possível encontrar um padrão. Definições de conceitos por si só também diferem já que os valores se tornam subjetivos à realidade de cada população.

Assim como Escobar (2007), o Jovem 1 demonstra a sua preocupação para com a falta de adaptabilidade do sistema económico capitalista e das definições de desenvolvimento

sustentável em si entre a população do hemisfério Norte do planeta e o hemisfério sul. Genericamente, a população do hemisfério norte apresentar uma maior concentração de riqueza possibilidade de conseguir mitigar problemas sociais e económicos. Desta forma, medidas e conceitos de sustentabilidade não podem ser os mesmos para os dois hemisférios por estes apresentam necessidades e problemas diferentes, numa escala distinta.

Para Gohn (2014) o tipo de educação mais eficaz no que toca ao entendimento do mundo é uma educação de experiência e não de teoria, assim como o Elemento A também demonstra o peso que uma ligação com a natureza é essencial para o desenvolvimento reflexivo e cognitivo de uma criança. Ambos referem que a experiência, no que diz respeito a conceitos abstratos, como é o conceito de natureza e sustentabilidade, tem muito mais peso que a teoria e sentimentos não podem ser lecionados teoricamente.

Considerações Finais

A presente pesquisa nasceu no âmbito da busca de relação entre a participação jovem e ativismo juvenil em organizações não governamentais de proteção do ambiente. Na configuração atual do mundo, onde questões sociais têm uma ligação cada vez mais forte com um futuro sustentável, era essencial a aplicação de uma amostra que estivesse inserida nessa dicotomia.

É importante reforçar que, como qualquer amostra de estudo, esta não é totalmente infalível não sendo possível retirar as suas conclusões e aplicá-las a toda a sociedade. A amostra encontra-se inserida num contexto único e deve ser encarada por esse prisma sem a realização de generalizações.

Analisando os dados recolhidos, é justo afirmar que nem sempre se verificou uma relação homogênea entre os grupos: Elementos e Jovens. Em mais que uma categoria de análise os jovens defenderam opiniões diferentes nomeadamente o Desenvolvimento Sustentável e no Contributo dos Jovens, sendo por isso, difícil determinar se os jovens envolvidos em Organizações não Governamentais encaram o desenvolvimento sustentável como um conceito mutável ou desajustado. Igualmente para a categoria do contributo juvenil, obtivemos dados que revelam que parte dos jovens tem dificuldade em se inserir em ONG por diferença de ideais ou métodos, e uma segunda que discorda e reforça a falta de compromisso como um fator decisivo.

Na linha ideológica das questões também foi visível uma discrepância nas respostas, isto é, por vezes os participantes contradizem-se e não seguem necessariamente uma linha de raciocínio lógica que se esperaria, mas este facto apenas demonstra a espontaneidade dos participantes.

Algumas categorias não foram exploradas por alguns participantes, daí retiramos as devidas conclusões.

De modo geral, foram explorados devidamente conceitos como o desenvolvimento sustentável, como se aplica no mundo atual e que lugar têm os jovens nessa aplicação. Apesar de uma parte da sociedade juvenil se interessar e agir ao lado de organizações ou associações de defesa do ambiente, o sentimento de que o número poderia ser maior (dada a educação e informação que esta faixa etária tem à sua disposição) é relativamente transversal a todos os entrevistados. A presente pesquisa poderia ainda ser explorada no âmbito mais geral da esfera juvenil, de modo a auferir se de facto o contexto social atual se verifica como causalidade do relativo afastamento dos jovens das causas ambientais.

Bibliografia

- Alexy, R. (1993). *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Centro de estudos constitucionais.
- Amado, J. (2014). *Manual da Investigação Qualitativa em Educação*. Impresa da Universidade de Coimbra, 2, 208-271
- Anderson, G. (2005). *Direitos Constitucionais depois da Globalização*.
- Ascelrad, H. (1997). Sustentabilidade e Democracia. *Proposta*, 71, 11-16.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Presses Universitaires.
- Boldrini, E. B. (2003). *A ideologia da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável*.
- Canário, R. (2018). Trabalho e educação de adultos em Portugal: uma perspetiva histórica de 1945 à Revolução dos Cravos. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 36, 31-50.
- Coelho, S. L. (2008). Participação social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo de caso de uma associação de promoção do Comércio Justo. *O Movimento Associativo em Portugal e na Galiza*, (pp. 1-18). Fórum Associativismo.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, C. (1987). *Nosso Futuro Comum (Relatório de Brundtland)*.
- Comité Económico e Social Europeu. (1957). *Categoria da Vida Associativa*. Obtido em Agosto de 2023, de Comité Económico e Social Europeu: <https://www.eesc.europa.eu/pt/members-groups/categories/categoria-da-vida-associativa>
- Comité Económico e Social Europeu. (2023). *Categoria da Vida Associativa*. Obtido de Comité Económico e Social Europeu: <https://www.eesc.europa.eu/pt/members-groups/categories/categoria-da-vida-associativa>

- Comunitas Think Tank. (2019). *Associativismo, Participação e Comunicação: Dilemas e Desafios*. Obtido de Comunitas Think Tank: <https://www.comunitas.pt/ideia/associativismo-participacao-e-comunicacao-dilemas-e-desafios/>
- Constituição da República Portuguesa, de acordo com o Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. (1976). Obtido em Agosto de 2023, de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49472775>
- Diário da República eletrónico. (2022). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Obtido de Retrieved from: <https://dre.pt/dre/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>.
- Elkington, J. (2001). *Canibais com garfo e faca: seria um sinal de progresso se um canibal utilizasse garfo e faca para comer?* Makron Books.
- Escobar, A. (2007). *Pós-desenvolvimento como conceito e prático social. Explorar o pós-desenvolvimento: Teoria e prática, problema e perspectivas*. Ziaí.
- EUROSTAT. (2020). *Eurostat*. Obtido em 2023, de Eurostat: https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/EXT_LT_INTROEU27_2020__custom_3351101/default/bar?lang=en
- Freira, P. (1980). *Conscientização: teoria e prática da libertação*. Moraes.
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2019). *Direitos Humanos e Educação Libertadora*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2005). *A questão da educação formal/não-formal*. Institut International Des Droits De L'enfant.
- Gadotti, M. (2012). *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária*.

- Geota. (18 de 08 de 2023). *Geota*. Obtido de Geota: <https://www.geota.pt/>
- Gohn, M. d. (2014). Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos,. *Investigar em Educação*, 35-50.
- Guimarães, P. (2013). O terceiro setor na educação de adultos: tensões e ambivalências. *Revista Portuguesa de Educação*, 26(2).
- Huntington, S. (1997). *O choque de civilizações e nova ordem do mundo*. Touchstone.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Instituto Nacional de Estatística.
- Jim, G., & Stefan, N. &. (2016). *Reconsiderações da Democracia e Educação*. B/W Illustrations.
- Kretschmann, A. (2006). *A Universalidade dos Direitos Humanos na complexidade de um mundo multicivilizacional*. São Leopoldo.
- Leandro, L., & Neffa, E. (2010). *Política ambiental brasileira: um caminho para a sustentabilidade socioambiental?*. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental.
- Lima, L., Pacheco, J., Esteves, M. & Canário, R. (2006). *A Educação em Portugal (1986-2006): Alguns contributos de investigação*. Sociedade Portuguesa de Ciência da Educação.
- Locke, J. (1764). *Segundo tratado sobre o Governo*.
- LPN. (18 de 08 de 2023). *LPN*. Obtido de LPN: <https://www.lpn.pt/>
- McCrinkle, M., & Emily, W. (2014). *The ABC of xyz: Understanding the global generations*. UNSW Press.
- Neffa, E., Silva, E. R., & Neffa, K. (2020). Educação Ambiental para além do Capital: um desafio do Século XXI. *Revbea*, 15, 507-527.
- ONU. (1948). Universal Declaration of Human Rights. United Nations Publication.

- Organização das Nações Unidas. (2019). *ONU NEWS: "Unicef: 175 milhões de crianças não estão matriculadas no ensino pré-escolar"*. Obtido em Agosto de 2023, de Nações Unidas: ONU News, Perspetiva Global Reportagens Humanas: <https://news.un.org/pt/story/2019/04/1667551>
- Quercus. (18 de 08 de 2023). *Quercus*. Obtido de Quercus: <https://quercus.pt/>
- Rocha, A. (18 de 08 de 2023). *A Rocha*. Obtido de A Rocha: <https://arocha.pt/pt/>
- Rogers, A. (2014). *The base of the Iceberg*. Verlag Barbara Budrich.
- Santos, B. d., & Chaui, M. (2014). *Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento*. Cortez Editora.
- Sen, A. (2003). *The Social Demands of Human Rights*. Cambridge.
- Silva, J. O. (s.d.). *Amartya Sen: "Desenvolvimento como Liberdade"*. Faculdade de Economia do Porto.
- SPEA. (18 de 08 de 2023). *SPEA*. Obtido de SPEA: <https://spea.pt/>
- TCE, T. d. (2021). *Princípio do poluidor pagador: aplicação incoerente nas políticas e ações ambientais da UE*. Serviço de Publicações da União Europeia.
- Teixeira, F. J. (Ensaio 1995). *Pensando com Marx: Uma leitura crítico-comentada de O Capital*.
- UNESCO. (2015). *Transforming our world: The 2030 Agenda for sustainable development*.
- UNESCO. (2017). *Educação para os objetivos de desenvolvimento sustentável*. Organização das Nações Unidas para educação, ciência e cultura.
- Unicef. (2023). *Crianças deslocadas num clima em mudança*. Obtido de Unicef por todas as crianças: <https://www.unicef.org/reports/children-displaced-changing-climate>
- Veiga, J. E. (2005). *Desenvolvimento sustentável: o desafio do Século XXI*. Garamond.

- Vieira, M. M., Ferreira, V. S., & Pinho, F. (2017). Jovens: Dinâmicas Demográficas e Participativas. Em J. Ferrão, & A. Delicado, *Portugal Social em Mudança: Retratos Municipais* (pp. 43-53). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vincent, R. J. (2001). *Direitos Humanos e Relações Internacionais*. Cambridge University Press.
- Zero. (18 de 08 de 2023). *Zero*. Obtido de Zero: <https://zero.org/>
- Zhao, Q., Guo, Y., Ye, T., Gasparrini, A., Tong, S., Overcenco, A., Urban, A., Scheiner, A., Entezare, A., Vicedo-Cabrera, A.M., Zanobetti, A., Analitis, A., Zeka, A., Tobias, A., Nunes, B., Alahmad, B., Armstrong, B., Forsberg, B., Pan, S., (...) Li, S. (2021). Global, regional, and national burden of mortality associated with non-optimal ambient temperatures from 2000 to 2019: a three-stage modelling study. *The Lancet Planetary Health*, 5, 415-425.

Apêndice 1

Tabela 1 - Discursos sobre o desenvolvimento e sobre o papel da educação (adapt. de Acselrad, 1997 e Neffa, Silva & Neffa, 2020)

Texto A (Acselrad, 1997)	Texto A (Acselrad, 1997)
<i>Discurso desenvolvimentista</i>	<i>Discurso alternativo</i>
<p>- Ideias-chave: progresso; eficiência e escala</p> <p>Modelo atual e hegemônico de desenvolvimento</p>	<p>- Ideias-chave: “novo princípio” organizador de um desenvolvimento centrado nas pessoas (p. 11); “visão mobilizadora da sociedade civil e o princípio guia da transformação das instituições da sociedade dominante” (p. 11)</p> <p>Modelos alternativos de desenvolvimento</p>
<i>Conceito de sustentabilidade</i>	<i>Conceito de sustentabilidade</i>
<p>- Conceito de sustentabilidade: “esverdeamento dos projetos de desenvolvimento”; readequação de objetivos e processos; reajustamento; Assenta no princípio da conservação social, os projetos devem ser úteis e possuir vantagens materiais na relação entre meios e fins; produção de uma nova capitalista, capaz de autolimitar as taxas de acumulação – pela restrição ao crescimento económico</p> <p><i>Eficiência</i> (uma economia de meios para os mesmos fins, o crescimento económico): processos de adaptação entre meios e fins; “A alocação eficiente dos recursos é aquela que respeitaria as preferências dos consumidores ponderadas pela capacidade individual de pagamento” (p. 13); “mercado competitivo onde vigorariam preços relativos determinados pela oferta e pela demanda” (p. 13), produção de energias limpas, livre mercado; “combate ao desperdício de base material do desenvolvimento, a instauração da racionalidade económica na escala do planeta, a sustentação, enfim, do mercado como instância reguladora do bem estar dos indivíduos na sociedade” (p. 13)</p> <p><i>Escala</i> (limitação quantitativa dos mesmos fins): estabelecimento de limites quantitativos ao crescimento</p>	<p>- Conceito de sustentabilidade: “a ação do homem no mundo é mediatizada por um projeto cultural que ordena a experiência prática para além da simples lógica utilitária” (p. 12), conceito ainda não fixado, impreciso; “para além da relação entre os meios e os fins dominantes do crescimento económico e da acumulação do capital” (p. 12)</p> <p>Transformação social: equidade; autossuficiência; ética; justiça social; democracia; diversidade cultural</p> <p><i>Equidade</i>: os mais pobres são as maiores vítimas da degradação ambiental; a degradação do ambiente advém da desigualdade social – o mundo é socialmente fragmentado; desigual relação de forças económicas e políticas que regulam o acesso de classes a países à base material do desenvolvimento; a justiça social deve vir associada à preservação ecológica; a sustentabilidade decorre da submissão do mercado às leis de rendimento da natureza, das quais dependeria, por sua vez, a economia de sobrevivência dos povos</p> <p><i>Autossuficiência</i>: desenvolvimento de relações tradicionais entre as comunidades locais e o meio físico e natural de que depende sua sobrevivência” (p. 14); proteção de unidades domésticas; contra o comércio livre internacional e defesa de barreiras protetoras de cariz nacional</p> <p><i>Ética</i>: bem e mal; interligação entre espaços, homens e tempos; desigualdade jurídica, económica e política de acesso ao espaço ambiental pelos distintos agentes sociais; definição de fins socialmente desejáveis; máximo de qualidade de vida e mínimo de exaustão de recursos naturais; “deveres e obrigações morais relativos às condições de existência de vida” (p. 14)</p> <p><i>Democracia</i>: distribuição de rendimentos, poder, capital, tecnologia e acesso aos recursos naturais; democratização de processos de decisão; diversidade cultural como forma de resistência à uniformização dos modelos de produção e consumo que levam à degradação ambiental e à exclusão social; resistência à privatização da natureza; repúdio da restrição de direitos das nações, afirmação de direitos de cidadania; interação entre questões ambientais e sociais (entre ecossistemas ambientais e sistemas sociais), destaque às formas sociais de apropriação</p>

<p>económico; considerar a “capacidade de suporte” da terra; redução global do consumo através da redução do consumo individual – “autolimitação inteligente” - ou pela redução da população – “controle populacional” (p. 13); “uma só forma social durável de apropriação e uso do meio ambiente” (p. 15); perspectiva determinística</p>	<p>e uso do meio ambiente; reconhecimento de diversas formas sociais – pluriverso</p> <p>“A perspectiva democrática vê, ao contrário, na extensão territorial e no meio ambiente o suporte da diversidade social e ecológica: topografias, ecossistemas, climas, biomas e solos entrelaçam-se com práticas socio-culturais diferenciadas e diferentes formas sociais de apropriação do espaço” (p. 16)</p>
<p>Texto B (Neffa, Silva & Neffa, 2020)</p>	<p>Texto B (Neffa, Silva & Neffa, 2020)</p>
<p><i>Discurso sobre o sistema reprodutivo do capital</i></p>	<p><i>Novo sistema reprodutivo “para além do capital”</i></p>
<p>Ideias-chave: modelo capitalista de produção e consumo; expansão económica; produção e multiplicação do desperdício; miséria física, mental e emocional; risco de extinção da vida planetária; progresso social e material; padrão eurocêntrico/norte-americano; lógica mercantil; crescimento económico; mercado globalizado; prioridade da economia sobre a ecologia; consolidação do neoliberalismo</p> <p>“pressão humana sobre os ecossistemas mundiais” com “impactos cumulativos sobre a biosfera” (p. 510)</p>	<p>Ideias-chave. Sustentabilidade democrática; integrar a nova economia na natureza; processo de humanização do ser humano; princípio da precaução (UNESCO, 2005); “articular os estilos de vida e os projetos socioambientais aos limites da capacidade de suporte e de regeneração do meio ambiente” (p. 512) – sustentabilidade democrática</p> <p>Mudança da conceção hegemónica de desenvolvimento, baseada em princípios de justiça social, superação das desigualdades socioeconómicas, construção democrática baseada na ação-participação de diversos atores</p> <p>Ecologia política e nova economia ética (integrar a nova economia na natureza)</p> <p>Valores humanitários: solidariedade; generosidade; equidade; liberdade; democracia de alta intensidade</p>
<p><i>Conhecimento/educação</i></p>	<p><i>Conhecimento/educação</i></p>
<p>Modelo mecanicista de conhecimento: modelo cartesiano, separação homem-natureza; modelo racionalista; método analítico (determinismo, causalidade, linearidade, conhecimento rigoroso); sistema técnico-científico que leva a colocar a natureza ao serviço do ser humano</p> <p>“dominação dos seres humanos sobre a natureza” (p. 510)</p> <p>“discurso ideológico que preconiza o potencial da ciência e da tecnologia contemporâneas como capazes de garantir o acesso dos povos ao desenvolvimento” (p. 510)</p> <p>Educação bancária</p>	<p>Nova epistemologia: maior autonomia ao educando no agir-refletir-agir, estratégias educativas alternativas e novas relações de trabalho; democratizar o mercado e submeter os agentes económicos às prioridades do desenvolvimento do ser humano em todas as dimensões (p. 512)</p> <p>“religação dos saberes para entender os fenómenos complexos” (p. 512)</p> <p>Nova forma de pensar e produzir conhecimento, baseada na “reflexão transdisciplinar” (p. 512)</p> <p>Novas abordagens metodológicas, nova praxis para compreender e transformar que permita ir “para além do capital” (512)</p> <p>Valores: altruísmo, cooperação, reciprocidade, solidariedade, amorosidade (p. 520); honestidade, lealdade, confiança, respeito mútuo, participação, cooperação, solidariedade, tolerância, alteridade, compromisso político com a transformação social</p> <p>Três eixos a considerar na reflexão sobre este tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Papel do conhecimento científico (conhecimento interdisciplinar) - Mobilização de forças sociais solidárias - Estado democrático que permita a transição para um modo de produção para além do capital (p. 517) que envolva uma ligação entre a ciência/cientistas e a política/os decisores políticos)

	<p>Dimensões a considerar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, económica, político-institucional (nacional), política (internacional) <p>Conhecimento que permita:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compreender a multidimensionalidade da realidade - Interligar conhecimentos científicos e saberes tradicionais - Incluir lógicas contraditórias - Construir e desenvolver estratégias que favoreçam o princípio do equilíbrio ambiental e da justiça social - Promover a ética de responsabilidade com a natureza - Favorecer a solidariedade num quadro de outro modo de produção (“para além do capital”) <p>Educação</p> <p>“capacidade transformadora para a sustentabilidade da vida e emancipação dos seres humanos, postulando a formação de grupos sociais localizados geopoliticamente para que se organizem e participam dos processos decisórios relativos à problemática socioambiental que os afeta diariamente” (p. 521)</p> <p>Promoção da problematização, tendo em vista a compreensão da totalidade, dos alcances e dos limites das ciências, processos de aprendizagem não dirigidos, novos padrões de leitura do mundo</p>
--	---

Apêndice 2

Tabela 2 - Respostas às seis categorias de análise do Elemento A

Desenvolvimento Sustentável	<p>“Consciência ecológica se constrói com essa forma de estar na vida de forma materialmente suficiente, mas espiritualmente ou intelectualmente podemos assim dizer, que é mais vago digamos mais rica e nós e o facto de estarmos a falar online, tem o lado, tudo tem prós e contras, os contras é que não há esta proximidade física, nós somos seres complexos e a proximidade física também é importante para estabelecer mais laços e criar mais emoções, mas por outro lado dada a aceleração das solicitações(...) teríamos uma tal pressão que não teríamos de outra forma, senão às vezes recorrer a estas tecnologias que por outro lado também facilitam a mais contactos com menos emissões, temos as emissões dos equipamentos, da degradação que estamos a fazer no ambiente para termos acesso ao computador e comprei um novo ano passado porque já tinha outro com 13 anos e tinha de ser substituído”.</p> <p>“Eu resumiria a isso porque quando dizemos, “Ok temos que transformar e então precisas de mudar a alimentação! Ah não, mas isto não assim, mas eu já não consigo e não tenho tempo” ou assim “então também não tens que arranjar de avião e férias para aqui e para acolá”, “mas isto é só uma vez e a pessoa precisa fazer o escape”. Ou seja, vamos sempre arranjar desculpas para nunca fazer aquilo que efetivamente tem que ser feito e isso revela esta por um lado há falta de consciência e esta carência que nós temos de pelo exterior compensar aquilo que o nosso ser está carente e acaba por o consumismo ser uma adição e esses comportamentos insustentáveis ser uma adição perante o facto de nós não estamos realmente equilibrados e conectados com o todo: a natureza e os nossos concidadãos vizinhos basicamente são isto.”</p>
Posição de Sustentabilidade	<p>“Por isso é que também é tão difícil inverter este paradigma, porque este sistema capitalista que tem muito dinheiro em marketing, consegue influenciar todo um conjunto de hábitos de consumo que são considerados normais socialmente inclusive estados por muitos insustentáveis que sejam e depois é como eu estava a dizer a tal cotação do chavão de ser mais sustentável, mais verde, mais isto mais aquilo, mas que ao fim ao cabo concorre para o problema em vez de a sua solução. O que está em causa, por exemplo, é reduzir drasticamente as nossas necessidades energéticas o nosso consumo energético sem que isso implica necessariamente perda de conforto simplesmente tínhamos que fazer as coisas de outra forma e também viver de outra forma, ou seja, não temos que ter a nossa casa climatizada como se fosse verão em pleno inverno, por exemplo, e, portanto, eu acho que não é compatível pura e simplesmente continuar neste modelo económico com a sustentabilidade. Agora considero que, porque nós já estamos em decrescimento, nós enquanto sociedade mais geral, e o fosso, os desequilíbrios já está a aumentar entre os muito ricos e os muito pobres e, portanto, enquanto toda uma sociedade está em decrescimento os países os PIBS continuam em crescimento por causa das tais oligarquias, não é. E então desmontar isso implicaria, de facto, haver melhores condições de vida mais</p>

	<p>distribuídas uma melhor distribuição essa tal sustentabilidade mas iria colapsar estas... todo este sistema econômico que depende das importações, exportações de um consumo desenfreado de uma produção desenfreada para satisfazer um consumo que é artificial e é induzido.”</p>
Educação Não Formal	<p>“Criar esses laços emotivos de conexão à natureza, nem que seja o canteiro ou o jardim público mais próximo”.</p>
Contributo Jovem	<p>“Os jovens estão a ter acho eu um papel passivo demais. Não lhes é permitida essa participação mais. Inclusive o cuidado do próprio recinto da escola”.</p>
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	<p>“A nível do país estamos a estabelecer estas duas linhas por um lado na agricultura também a mudança de políticas florestais, de modo que haja uma gestão mais ecológica do território que neste momento está a ser simplesmente criminoso(...) levar esta natureza esta abundância mais próxima das pessoas e em Portugal temos 80% das pessoas a viver em contexto Urbano”.</p> <p>“Quer ao nível da floresta com parceiros que já nos acompanham há algum tempo e que vamos ter com os técnicos das entidades e conseguimos uns projetos piloto mesmo que a lei ainda não tenha mudado, mas já vamos abrindo ali a brecha e ao nível do poder local a disponibilizamos-mos para fazer formações fazer este tipo de eventos e com isto os que são mais sensíveis começam a dar o exemplo”.</p>
Ativismo	<p>“Se olharmos para greve climática estudantil, que digamos deu visibilidade, o que nós temos sentido é que são a minoria e tenho inclusive jovens que não se reveem na greve climática porque acham, embora claro tenham esses jovens uma grande virtude de acharem que esse também é um espaço em que devem intervir para que realmente a mudança aconteça através da manifestação, não é, e que já vão fazendo a título individual as suas mudanças nos seus hábitos de consumo nomeadamente alimentares, e vejo os jovens ainda mais minoritários, que são aqueles que têm esta vontade de ir mais para o terreno de não se reverem tanto na reivindicação da manifestação e reivindicação pública, mas mais num trabalho mais orgânico mais ligado à terra. São estudantes universitários às vezes em áreas ligadas com o ambiente e que lamentam não terem as competências e o conhecimento que gostariam sobre a natureza e sobre como ajudar a natureza”.</p> <p>“É isso e caucionar interesses e dessa forma desviar da verdadeira solução, porque esses interesses não querem essa solução, não querem que os seus interesses sejam abalados e então é preferível aproveitar a ignorância e aproveitar a inércia da política e das instituições para manter a mesma forma”.</p> <p>“Mas nós estamos a bater-lhe à porta eles próprios, como isto está a atingir um nível tal que já começa a afetar também estes negócio(...) Portanto já</p>

	<p>começa, ou seja, também já lhes está a pesar na carteira a esses grupos económicos e então como também é moda alinharem-se com esta mensagem mais ecológica e verde e estarem ao lado de organizações como a (ONG) e outras na área do ambiente, e não só pronto, na área do ambiente e então eles também já tem que moderar e já tem que dar o braço um bocadinho a torcer e já se mostram disponíveis pelo menos para começar a ouvir.”</p>
--	--

Apêndice 3

Tabela 3 - Respostas às seis categorias do Elemento B

Desenvolvimento Sustentável	<p>“A senhora Brundtland, no fundo lançou este conceito de podermos utilizarmos os recursos necessários ao nosso desenvolvimento sem brigar o desenvolvimento das gerações futuras, imediatamente este conceito foi apanhado, apropriado e manipulado de diversas razões e versos e diversas formas por diversos interesses.”</p> <p>“As pessoas utilizam este conceito como o poluidor é aquele que utiliza o bem que lhe é posto à disposição. Mas na realidade quando nós falamos no poluidor temos de pensar no poluidor primário, é aquele que produz o bem que é colocado à disposição. (...) segundo na depreciação do valor ambiental dos materiais”</p> <p>“Sustentabilidade tem de ser responsabilidade daqueles que, de facto, colocam os bens a disposição. Se nos formo a um supermercado e tivermos embalagens de plástico, não é por culpa nossa que as embalagens são de plástico, elas estão lá e nós não temos como comprar de outra maneira e temos de utilizar aquelas e não outras. Mas esse custo recai sobre nos.”</p> <p>“Nós estamos a chegar ao ponto de termos grandes oligopólios produção em determinadas áreas e vamos estando cada vez mais fragilizados como sociedade.”</p> <p>“Se calhar mesmo o quê com o planeta produz hoje seguramente a toda a população do planeta e durante vários anos, mas aí teremos que diminuir grandemente o desperdício e a acumulação de capital neste momento vivem precisamente nas superproduções e no crescente desperdício em relação àquilo que é produzido. Portanto neste momento o sistema capitalista como ele se encontra não é de facto de compatível com a preservação do ambiente e com a preservação dos recursos.”</p>
Posição de Sustentabilidade	<p>“O padrão de transportes, o padrão do desenvolvimento, das redes de transporte, o padrão de ocupação do território, o padrão da produção e da tipologia de produção que neste momento está voltada não para a satisfação das necessidades das populações locais, mas para os grandes mercados. E estes padrões são fundamentais para alterar, porque é assim quanto menos as pessoas estiverem uma grande necessidade de se deslocar porque os seus empregos estão em determinado, ou seja, o seu modo de vida os mercados em determinado”</p> <p>“Ter modos de produção que deem resposta às suas necessidades básicas sem terem que depender de grandes transportes e de grandes mercados e ainda por cima tem a vantagem de ter uma melhor qualidade de vida e eu acho que aí que vou que batem os grandes pontos”</p>

	<p>“o próprio consumo da água deixa de ser local é aparente local para se tornar global. Todos os, todos estes padrões de transferência porque depois destes recursos faltam nos próprios sítios e chegamos aos sítios e temos, há aqui as pessoas sobrevivem com muito pouca água, mas elas não sobrevivem com pouca água, aquilo que elas estão a produzir está a transferir a pouca água que ela dispõe para outros sítios”</p> <p>“Portanto, é pobreza e a expansão da pobreza, é também uma consequência desta não sustentabilidade, ou seja, desta é, deste discurso do sustentável sem sustentabilidade real que nos é colocado à frente”</p>
Educação Não Formal	
Contributo Jovem	<p>“Nas instituições, estão a formalizadas dentro do seu modelo deficiente de funcionamento e isto obviamente acaba por levantar por parte dos jovens, daqueles que mais ativistas algumas suspeitas sobre a real, sobre os reais objetivos destas organizações.”</p>
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG's	<p>“Eu digo que o papel da (ONG) se mantém, é preciso agora é redimensiona-lo e inventa-lo.”</p> <p>“Como a (ONG) tem um papel científico e estudo das áreas das biológicas, das geologias, das Ciências Naturais, das ciências do Ambiente”</p>
Ativismo	

Apêndice 4

Tabela 4 - Respostas às seis categorias do Elemento C

Desenvolvimento Sustentável	<p>“E que tem haver com esse aspeto, ou seja, o que nós devemos procurar garantir, para nós a sustentabilidade é as pessoas gozarem do bem-estar, gozarem da qualidade de vida.”</p> <p>“Essa disponibilidade dos bens de consumo, que tem obviamente um impacto no ambiente e a disponibilidade de capital não interferem, não são determinantes para o bem-estar, para a felicidade, para a qualidade de vida. Portanto, eu tenho como uma reta crescente, não é, mas a partir de um determinado ponto essa reta estabiliza, se eu estiver a avaliar o bem-estar, a qualidade de vida, etc.”</p> <p>“Porque nós realmente temos que ter políticas que assumam que nós temos, num espaço que é limitado, bens que são limitados, a cima de tudo que aquilo que a natureza é capaz de renovar todos os anos, é uma quantidade limitada e que até está a decrescer.”</p> <p>“Porque a pegada ecológica é uma forma, aproximada, eu diria quase qualitativa, apesar de ter vários nomes, de nós avaliarmos este, precisamente, este impacto que cada um tem.”</p>
Posição de Sustentabilidade	<p>“Se nós estamos a usar uma determinada quantidade de peixe na nossa alimentação, quer dizer eu devo procurar garantir que a minha alimentação é, e se eu reduzir essa quantidade de peixe ou de carne e a substituir por vegetais, e se forem vegetais locais, mais equilibrados, ou seja, se eu tiver uma alimentação que tem em conta estas variáveis e em que eu não estou a ir buscar, por exemplo, pescado que está por em causa a própria renovação do chamado stock de pesca.”</p> <p>“O que nós achamos em muitos casos é que não se vai a estes, não se vai ao fundo da questão, ou seja, eu tenho a economia circular, não é, a economia circular é uma prioridade, todos nós temos essa noção.”</p> <p>“E, portanto, eu discutir o desenvolvimento sustentável é eu trabalhar, por exemplo, nos resíduos, na prevenção, na redução, não é eu trabalhar na reciclagem.”</p> <p>“Colocar os resíduos para reciclagem, reduzir o uso do carro, quer dizer tudo isso são coisas importantes, mas eu tenho que ir muito mais longe. Eu tenho que, mas tenho de o fazer não de forma ignorante, mas de forma convicta que realmente esse é o caminho consciente para eu melhor utilizar os recursos e para garantir as gerações futuras.”</p> <p>“Um dos objetivos fundamentais é sem dúvidas nós reduzirmos o uso dos combustíveis fósseis”</p> <p>“Mas, por exemplo, quando nós olhamos para a alternativa não podemos olhar, mais uma vez, apenas para as energias renováveis. Elas fazem parte da solução, mas têm impactos”</p> <p>“E, portanto, tenho que pensar a mais na eficiência energética e mais uma vez como é que eu consigo reduzir essas minhas necessidades energéticas sem prejudicar, sem por em causa a qualidade de vida e o bem-estar.”</p> <p>“A principal ação é aquilo que corresponde a uma redução de consumo, é aquilo que corresponde a uma redução de desperdício, é aquilo que corresponde a substituição dos combustíveis fósseis, a uma redução dos consumos energéticos, a procura de produtos locais, um pouco por aí.”</p> <p>“Portanto, eu tenho que pensar sempre as várias componentes da sustentabilidade antes de tomar decisões, mesmo em relação as alterações climáticas.”</p> <p>“Em Portugal, eu diria que, claramente a questão dos transportes neste momento é crucial, portanto, eu reduzir a utilização do veículo individual.”</p>

	<p>“Aquilo que se está a decidir pro mundo e aquilo que são os nossos princípios, sendo também nós críticos em relação a alguns aspetos destas conferencias. Porque, entre aquilo que é necessário e desejado e aquilo que tem lugar, é uma diferença muito grande.”</p>
Ativismo	
Educação Não Formal	<p>“Mas é isso, é precisamente essas noções, isto um pouco na linha das perguntas da quatro e da cinco, quer dizer, são precisamente estes conceitos, estes alertas, estas necessidades que nós temos procurado colocar nos media, temos procurado colocar em muitas sessões de professores, de comunidades sejam de cooperativas, sejam de mesmo juntos de comunidades religiosas, isto é, temos feito essa descodificação, digamos assim, daquilo que é umas pequenas mudanças que as pessoas ouvem falar e que querem e que ainda bem que passam à pratica”</p>
Contributo Jovem	
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG's	<p>“E um dos aspetos principais é nós falarmos da, não da felicidade com base nos bens de consumo, mas sim com base no bem-estar.”</p> <p>“A Vice-presidente da (ONG) é doutorada em sociologia e, portanto, trabalhou muito estas questões da bem-estar, da economia do bem-estar, da criação de comunidades. E, portanto, temos procurado aqui ter essa visão mais compatível entre aquilo que é o amanhã e o depois de amanhã”</p> <p>“Nós temos procurado muito seguir a escala internacional, ou seja, participar, ser participantes ativos nas conferencias das Nações Unidas, não é em todas, mas no desenvolvimento sustentável, no clima, na biodiversidade, portanto, nos oceanos.”</p>

Apêndice 5

Tabela 5 - Respostas às seis categorias do Elemento D

Desenvolvimento Sustentável	<p>“Mantendo o mesmo sistema de organização social, nomeadamente deste novo capitalismo em que não busca o lucro, mas busca o lucro máximo é impossível. É impossível porque partimos sempre do princípio que queremos sempre mais lucro e ter mais lucro e mais lucro implica um maior esgotamento dos recursos, ambientais e também dos recursos humanos.”</p> <p>“Quando é o próprio consumidor a exigir um produto mais sustentável e tem mais preocupação com o ambiente, há espaço para as coisas começarem a mudar. O grande problema aqui no meio disto tudo é quando nós praticamos o chamado “green washing” a lavagem ambiental em que adotamos a linguagem, mas as práticas continuam quase sempre as mesmas e o mesmo se passam um pouquinho hoje com os jovens também.”</p>
Posição de Sustentabilidade	<p>“Primeiro de tudo, todas estas alterações de ordem, de estrutura social são processos muito demorados, são processos que levam imenso tempo para mudar e que necessitam de facto, de haver uma certa concordância a vários níveis todas estas mudanças geralmente começam pela academia”</p> <p>“Ou seja, querer se calhar a roupa sempre da última geração, muitas vezes falamos as coisas gostamos de ir libertar as nossas funções hormonais para as manifestações ou isto ou aquilo depois em termos de mudança de estilo de vida ainda continuamos muito agarrados ao que a sociedade nos esta a transmitir, portanto tem sempre de...todas estes processos levam tempo e há que os encarar com alguma esperança”</p>
Ativismo	<p>“Uma delas pode ter um não acreditar nas estruturas sociais já criadas, ou seja, uma certa desconfiança”</p> <p>“O ir para a rua, para a manifestação convocada se calhar por uma rede social, um Instagram, ou seja o que for. É relativamente fácil e nos vamos anonimamente.”</p>
Educação Não Formal	<p>“Começa quase sempre pelos jovens porque assume-se eles são o futuro, mas assume se também que eles são os menos “formatados” e os mais disponíveis para a mudança”</p> <p>“Acho que devemos continuar a informar e devemos continuar a avisar as pessoas.”</p>
Contributo dos Jovens	<p>“Hoje em dia 25 ou 30 anos as vezes também e, portanto, as vezes não queremos assumir compromisso(...) porque há que dizer muitas vezes não tem maturidade”</p> <p>“É a geração que nasceu com os telemóveis e está habituada a que qualquer coisinha carregamos aqui num botão e puf uma solução aparece, ou seja, estamos à espera de que haja soluções fáceis, rápidas e que não é necessário</p>

	<p>muito esforço(...) nada disso é rápido nada disso é fácil e nada disso vai ser...tem sacrifícios e, portanto, tem um bom coração tem bons objetivos não sei se tem neste momento a disponibilidade de longo prazo e a coragem para assumir esse longo prazo.”</p>
<p>Missão/ Promoção do ambiente pelas ONG</p>	<p>“O foco do nosso trabalho é precisamente a conservação da natureza e todas as áreas que são usadas para isso, educação ambiental investigação ambiental, a advocacia ambiental e daí que nos somos assim uma organização um bocado híbrida”</p> <p>“Trabalhamos para proteção ambiental e usando as ferramentas que a ciência nos dá para a conservação da natureza e para a gestão ambiental da coisa natural”</p>

Apêndice 6

Tabela 6 - Respostas às seis categorias do Elemento E

Desenvolvimento sustentável	“Não é de esperar que as empresas tenham preocupações ambientais ao nível necessário para haver um desenvolvimento sustentável”
Posição sustentabilidade	<p>“Empresas tendem naturalmente a focar-se no lucro não é, na maximização do lucro e não na maximização do bem comum, portanto a única forma que provavelmente nos temos de evitar que haja um desenvolvimento insustentável a conduzir por essa visão de lucro das empresas é haver regulamentação é haver um estado forte que assuma que os mercados não resolvem tudo”</p> <p>“Eu diria mais uma vez que, nós temos que trabalhar e estou a pensar agora nas associações de defesa do ambiente, temos de trabalhar no pressuposta de que as empresas estarão sempre a pensar na maximização do seu lucro, não é. Eu até aceito que elas não tenham que pensar de outra maneira. Mas infelizmente aquilo que eu não aceito é que controlem os decisores políticos, não é, que controlem a máquina de gestão dos países, não é, e do mundo. E, portanto, impeçam essa máquina de gestão de tomarem as tais decisões que favorecem os interesses públicos, não é, e o ambiente é um interesse publico. É um bem publico.”</p>
Ativismo	<p>“Claramente nós não somos (ONG) nem nunca seremos um movimento dessa natureza não é inclusivamente normalmente não participamos em demonstrações em manifestações e coisas assim, digamos que faz parte das expectativas dos nossos sócios temos uma atuação considerada adulta não é. Mas estamos abertos a colaboração sempre com os movimentos juvenis também.”</p> <p>“Portanto há colaboração quando não há uma politização partidária porque também há aí um ou dois movimentos que são claramente partilhamos, portanto isso eu penso que isso é muito mau penso que defender o ambiente é uma coisa política partidária é outra porque logo que nós misturemos as duas coisas não é nós perdemos”</p> <p>“Agora eu penso que os jovens estão a ser atraído é para os movimentos, portanto, para estas estas intervenções de grupo não é, portanto, massas, portanto, parece que isto se adequa melhor para aquilo que gerações mais jovens querem não é. Talvez porque sentem a possibilidade de uma participação direta não é mais relevante do que numa associação de defesa do ambiente clássica não é.”</p>
Educação não formal	
Contributo Jovem	“Estão certamente mais despertos (jovens) do que as do que as gerações anteriores não é e eu penso que isso para nós é são muito boas notícias”

	<p>“Agora eu penso que os jovens estão a ser atraído é para os movimentos, portanto, para estas estas intervenções de grupo não é, portanto, massas, portanto, parece que isto se adequa melhor para aquilo que gerações mais jovens querem não é. Talvez porque sentem a possibilidade de uma participação direta não é mais relevante do que numa associação de defesa do ambiente clássica”</p>
<p>Missão/Promoção do ambiente pelas ONG</p>	

Apêndice 7

Tabela 7 - Respostas às seis categorias do Elemento F

Desenvolvimento Sustentável	<p>“A capacidade de os ecossistemas suportarem o nosso nível de consumo não chega a um ano inteiro.”</p> <p>“No mar, sobre os recursos do mar é a mesma coisa, portanto, inevitavelmente isso quer dizer é um indicador, a pegada ecológica é um indicador de apoio a decisão e isso inevitavelmente quer dizer que não estamos a caminhar eh no sentido de poder assegurar um futuro viável as próximas gerações.”</p> <p>“As exigências ao nível das qualidades dos serviços, por exemplo, da água, tratamento de resíduos, ser cada vez maior, o certo é que vivemos numa sociedade onde ainda funciona muito, uma sociedade global onde ainda funciona muito a economia linear, ainda estamos a discutir como é que se poem funcionar a economia circular e o grande risco da economia circular é que não caminhe no sentido da sustentabilidade em facto, mas que vá caminhar mais no sentido da intensificação de recursos.”</p> <p>“Grande fator limitante é energia, o custo da energia, é muito alto e energia para a transformar de uma forma útil, normalmente é muito implica muita poluição e no caso do, no caso dos recursos naturais seja eles biológicos ou inorgânicos, orgânicos ou inorgânicos.”</p>
Posição de Sustentabilidade	<p>“Temos de fazer um uma espécie dum decrescimento sustentável, isto é, temos de trabalhar de facto em estudar os nossos consumos, as nossas necessidades aquilo que o planeta é capaz de fornecer e isso não quer dizer que se perca qualidade de vida ou conforto ou outras coisas.”</p> <p>“Mas que vivemos dentro de dos limites deste mundo. E isso implica de facto em todos os níveis não basta a questão da economia circular é preciso de facto consumir menos em todos os aspetos.”</p> <p>“O seu impacto é desproporcionado face aos benefícios que trazem impacto sobre o ecossistema, impacto sobre a quantidade de CO2 que os sedimentos produzem, etc. e incluindo a área ocupada a transformação fluvial, em relação aos benefícios que sejam barragens multiuso ou para produção de energia.”</p> <p>“Atuar sobre as causas, e as causas são muito conhecidas, que tem haver com a emissões de gases de efeito de estufa com alteração e com alteração do coberto vegetal. E outra é a adaptação, adaptar as, portanto, a consequência das alterações climáticas com uma serie de medidas que tenham haver por exemplo com o reprogramado do na zona litoral.”</p>
Ativismo	<p>“Eu acredito na ciência e acredito que há pessoas com vontade neste mundo simplesmente há muitas pessoas que infelizmente confundem andar a fazer manifestaçõezitas na rua de vez em quando com ativismo e com trabalho efetivo.”</p>
Educação Não Formal	
Contributo Jovem	<p>“Os jovens que participam connosco que são cada vez menos, embora haja muitas pessoas de muitos que se inscrevem como voluntários para participar nas atividades e que às vezes nem os conseguimos enquadrar como deve de ser.”</p>
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	<p>“Uma é reativa que é surgem projetos ou surgem denuncias ou situações procuramos a melhor maneira de responder situações graves normalmente no ambiente ou no urbanismo. E procuramos responder da melhor forma, as vezes até com os tribunais. Outra é de uma forma proactiva que é, e isso esta realmente muito trabalho e exige muitos recursos que é ir ter um grupo para estudar os dossiês, ver o que é que esta aí e criar posições de fundos, criar doutrina, criar influência advocacia”</p>

Apêndice 8

Tabela 8 - Respostas às seis categorias do Jovem 1

Desenvolvimento Sustentável	<p>“Começa-se também a falar da necessidade de passar do desenvolvimento sustentável para mais uma ótica de regeneração, ou seja, já existe tanto dano feito no ambiente e na sociedade que mais desenvolvimento mesmo que seja sustentável não vai permitir o bem-estar ambiental e social, portanto fala-se um bocadinho disso mais da ótica nos países desenvolvidos, não de desenvolvimento, mas de regeneração e com o foco mais na parte ambiental e social e não tanto na parte económica”</p> <p>“A palavra desenvolvimento também implica um bocadinho a questão do crescimento da economia... sabemos que tem sido dos principais fatores das crises ambientais e sociais”.</p> <p>“O movimento ambientalista ecologista começou mais pela parte ambiental e social depois é que com esta questão do desenvolvimento sustentável é que entrou a questão económica também para este para este conceito, portanto foi acaba por talvez por ser desajustado aquilo que são os objetivos de conservação da natureza ao que são os objetivos de melhoria da qualidade de vida das populações. Ter se calhar este foco em desenvolvimento claro nos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento é uma questão completamente diferente.”</p>
Posição de sustentabilidade	<p>“Não se pode falar só no papel do individuo só de cada pessoa mudar o seu comportamento isso não, não resolve nada e não faz sentido estar a culpar as pessoas por viverem num sistema que não é sustentável na sua génese e que não e que basta ligar a televisão e a sustentabilidade está em todos os anúncios mais é sempre a apelar ao consumo e produção de formas não sustentáveis”</p> <p>“Estamos a deixar uma conta para as gerações futuras pagarem, que vai ser problemático”.</p>
Educação Não formal	<p>“O papel importante da educação tanto nesta parte ambiental como noutros aspetos também não é e na parte ambiental acho que tem sido nos últimos anos cada vez mais se fala nisto nas escolas e acho que tem disso um fator de mudança muito grande nas gerações mais jovens que depois também muitas vezes faz um efeito nos pais, avós que também dão mais atenção nestes temas portanto acho que tem um papel fundamental a educação...a educação formal e também existe a educação não formal não é, e existem vários projetos e vários ATL's vários campos de férias tudo isso que também tem muito este foco do ambiente programas temáticos para as crianças na área do ambiente da biologia e acho que isso é tudo muito importante para começarem desde pequeninos a prestar atenção a estes tópicos e serem ativistas”.</p>
Contributo jovem	<p>“Estas associações mais antigas acabam por ficar muito estabelecidas, muito habituadas ao que são não é e quando alguém mais jovem quer entrar e quer de facto fazer uma grande mudança, quer pôr ideais novos quer pôr ideias novas acredito que seja complicado e, portanto, muitas vezes acredito que seja mais fácil criarem outras entidades do que entrar propriamente numa entidade antiga”</p>
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	<p>“A influência na política pública na participação, também na parte da mobilização e no protesto não é, com temos visto as marchas climáticas e tudo isso mas acho que uma parte importante que eu estou mais envolvido na (ONG) é isto de no fundo tentar contribuir para políticas públicas na área do ambiente e mais especificamente na área da energia e clima para garantir</p>

	<p>que de certa forma os interesses, tanto das comunidades locais sociais e também os interesses da natureza que muitas vezes não são tão fáceis de incluir”</p>
<p>Ativismo</p>	<p>“Na questão das marchas climáticas nos protestos acho que têm o seu papel neste processo claro que não substitui depois o trabalho mais construtivo de dialogar com o governo, tentar procurar soluções que vão de encontro ao que as associações ambientalistas defendem ou seja esta parte de protesto é importante mais também é importante ter as vezes um diálogo mais construtivo e tentar encontrar soluções.”</p> <p>“os protestos também acabam por ser simbólicos não é, mas acho que mostram, quando uma marcha pelo clima junta um milhar de pessoas em lisboa mostra que existe interesse no tema tanto nos jovens como nos mais velhos, mas claro que pronto esta parte acaba por ser completar das outras formas de trabalho”</p> <p>“Mas eu acho que os jovens mesmo às vezes aqueles protestos mais se calhar mais agressivos mais fortes de atirarem sopa aos quadros de invadirem espaço eu acho que também têm o seu papel e às vezes a reações das pessoas mostra que estão mais preocupadas às vezes com um quadro que nem sequer foi danificado do que com as várias crises ambientais que temos no planeta que nos colocam em risco e efetivamente causam a morte de milhares de pessoas”.</p>

Apêndice 9

Tabela 9 - Respostas às seis categorias do Jovem 2

Desenvolvimento sustentável	“Eu acho que desenvolvimento sustentável dentro da logica d produção de hoje em dia é um oxímoro porque desenvolvimento nunca pode ser sustentável na logica de hoje e se é sustentável não pode ser desenvolvimento.”
Posição sustentabilidade	“O futuro está dado pelo contexto material que se configura hoje em dia. Se hoje em dia as gerações forem exatamente iguais às anteriores, se tiverem a mesma cognição que as anteriores nos já sabemos o que vai acontecer, não vamos mexer uma palha sequer, vamos continuar na mesma só que com um problema como não nos vamos mexer significa que vamos continuar a crescer exponencialmente e o mundo diz “olha game over”. “Será que com esta humanidade vamos conseguir atingir o desenvolvimento sustentável? Eu acho que não”.
Educação não formal	“A educação hoje em dia está a defender muito bem uma conceção liberal e rápida do desenvolvimento sustentável, a dizer muda a lâmpada anda menos de carro e já é desenvolvimento sustentável, toma aqui o cupão”
Contributo jovem	“A nossa geração está muito mais consciente”
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	“A (ONG) é conservar a natureza está lá nos nomezinhos conservação da natureza, uma pessoa quando conserva a natureza não está só a conservar a natureza está a provocar uma cadeia de ações que se for em conjunto com outras ações coordenadas pode mudar a configuração do nosso território esse que está bastante degradado e que é só visto como um bocado de terra, mas o nosso território é a nossa gente, aquela noção de o que é um português”
Ativismo	“É muito bom sentir que a nossa geração está a mudar, não sabe ainda muito bem como, onde, de que forma, mas está a gritar e isso já é um bom sinal.”

Apêndice 10

Tabela 10 - Resposta às seis categorias do Jovem 3

Desenvolvimento sustentável	<p>“Vejo o desenvolvimento sustentável como a criação de uma sociedade humana evoluída, justa social e economicamente, em que todos participem nos processos de tomada de decisão e que utilize racionalmente os recursos do planeta de modo a não comprometer o nosso futuro.”</p> <p>“Deveria ser um desígnio mundial, assumido como uma prioridade por todas as nações. Em vez disso é muitas vezes substituída por um conceito algo desequilibrado que sobrevaloriza a componente económica”.</p>
Posição sustentabilidade	<p>“O padrão económico atual que inclui crescimento baseado na exploração intensiva dos recursos, e na destruição de sistemas ecológicos que sustentam a vida e a biodiversidade do planeta, é, necessariamente, o oposto da noção de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Inverter a situação passaria por assumir realmente a prioridade do desenvolvimento sustentável da humanidade. Todos os objetivos já foram listados pelas nações unidas, no entanto a realidade mostra que apenas têm servido para fins mais ou menos decorativos ou inócuos em termos de alguma mudança de paradigma.”</p>
Educação Não formal	<p>“A educação para a sustentabilidade é importante, mas aparece desvalorizada e acessória no nosso sistema de ensino obrigatório. O desenvolvimento sustentável é entendido como apenas mais um conceito, como por exemplo o conceito de ecossistema ou a taxa de natalidade. Não é assumido como um desígnio vital para a sobrevivência da própria humanidade porque implica mudanças no modo de vida que ninguém (ou poucos) estão interessados ou disponíveis para fazer.”</p>
Contributo Jovem	<p>“Vejo como uma oportunidade de poder agir e fazer algo, mesmo que limitado, em prol do ambiente e da sustentabilidade. Bem como de obter algum conhecimento sobre o estado atual do planeta.”</p> <p>“As Organizações Não Governamentais de Ambiente dedicam muito do seu trabalho aos jovens porque a mudança de atitude numa sociedade começa nas gerações mais novas. São elas que, com mais conhecimento e vontade de mudança, podem inverter a situação atual e iniciar um caminho diferente, mais sustentável e respeitador dos sistemas e recursos naturais. Os jovens estão muitas vezes relutantes para assumir responsabilidades diretas nas associações, precisamente porque isso implica um nível de compromisso para o qual não estão preparados, mas que defesa do ambiente a da sustentabilidade necessariamente obriga.”</p>
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	<p>“A (ONG) pretende contribuir para o conhecimento e para a conservação da biodiversidade. Neste aspeto a educação não formal e a sensibilização são fundamentais para que todos possam entender a importância da preservação da diversidade biológica do nosso planeta”</p>
Ativismo	<p>“A maior parte dos jovens parecem de certa forma abstraídos das implicações do modelo de sociedade atual no futuro, e centram-se no imediato, na sua vida pessoal e na forma de a viver de modo mais agradável possível, não estando preparados para abdicar de algumas coisas que obrigariam a uma real</p>

	<p>mudança de atitude. No entanto, e como em tudo, existe sempre uma minoria mais consciente do que se está a passar no mundo e que tenta agir de forma diferente em prol de um futuro melhor. Sendo que o envolvimento dos jovens em processos de ativismo e desenvolvimento sustentável seria crucial para a criação de um futuro melhor.”</p>
--	--

Apêndice 11

Tabela 11 - Resposta às seis categorias do Jovem 4

Desenvolvimento sustentável	“O desenvolvimento sustentável é o modo de progresso da sociedade que consegue satisfazer as necessidades da população sem comprometer a disponibilidade de recursos para as gerações futuras”
Posição sustentabilidade	“Se como atual se toma o dia de hoje, economicamente isso seria praticamente impossível. Vejo isto como um processo, o desenvolvimento sustentável na sua máxima é uma utopia um tanto ou pouco distante, uma vez que este implica a preocupação com o ambiente no seu todo. No entanto, ao longo dos anos vejo-o cada vez mais próximo. Tomo como mais realistas os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 criados pelas Nações Unidas. Penso que será dessa forma, mais objetiva e sucinta, que se conseguirá atingir mais facilmente o dito desenvolvimento sustentável, com metas concretas de 10, 20, 30 anos.”
Educação Não formal	<p>“Talvez não o termo educação, mas sim capacitação, porque é assim que conseguimos chegar ao próximo, através do apelo à consciencialização. Sempre com respeito e tolerância pela diferença. Até porque muitas vezes, as condutas menos sustentáveis têm por base a falta de conhecimento na área em questão. Muitas vezes as pessoas nem sabem que a forma como agem não é a mais correta. Contudo, acho que isso passa muito por nos apresentarmos como exemplo, mostrando que somos todos iguais, mas que é possível fazer a diferença com pequenas mudanças.”</p> <p>“Educação ambiental e de atividades dinamizadas por estas entidades de conhecimento que conseguimos chegar principalmente às gerações mais jovens, que são o futuro do planeta. Claro que o ideal é a educação abranger todas e quaisquer gerações, mas sinto que a prioridade, dada a urgência climática que vivemos, será sem dúvida os jovens, que têm uma mente fresca e muitas ideias novas.”</p>
Contributo Jovem	“O maior ganho para o indivíduo será sempre o estabelecimento de relações e partilhas de conhecimento, mas para as organizações em causa, a participação voluntária é uma ajuda imprescindível”
Missão/Promoção do ambiente pelas ONG	
Ativismo	“Muitas vezes toda a experiência e conhecimento que ganhamos nestes processos (ativismo) acaba por nos dar muitas ferramentas que podemos aplicar no dia-a-dia. Desde atitudes que podemos tomar no nosso consumo enquanto indivíduos, como na maneira como tentamos passar esses mesmos costumes ao próximo.”

Apêndice 12

Entrevista semiestruturada com Elementos de ONG portuguesas - guião.

- 1- O relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum da comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, 1987) conceituou o desenvolvimento como “o que respo onde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades”. Tal conceção demanda, na atualidade, uma resposta ao que lhe perguntamos: como superar a insustentabilidade socio ambiental gerada pelo processo de produção capitalista de mercadorias, continuamente produzidas, reproduzidas e fornecidas em busca de maior rentabilidade de riqueza abstrata, que conduz à degradação das condições naturais da qual o sistema depende visceralmente?
- 2- Comente a possibilidade de haver ou não compatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e o sistema de reprodução socio metabólica do capital com suas três dimensões inseparáveis- Estado, capital e trabalho.
- 3- Quais processos são fundamentais para a transição do capitalismo para uma nova ordem social reprodutiva, ambientalmente sustentável, com base na liberdade e na igualdade, por meio da automedicação dos indivíduos associados?
- 4- De que maneira a conceção de Desenvolvimentos Sustentável adotada nas ações, publicações e pareceres técnicos emitidos pela ONG sobre projetos socio ambientais influencia as políticas públicas de educação e formação humana?
- 5- Quais ações considera fundamentais na contemporaneidade para frear e/ou reverter as consequências das mudanças climáticas?
- 6- Gostaria de fazer outra consideração importante relacionada à missão das ONG que representa?
- 7- Poderia nos indicar documentos ou publicações relevantes suas e/ou de membros da ONG que representa para análise e pesquisa?
- 8- Indicaria outros membros da ONG (contactos) que poderiam contribuir para a pesquisa?

Apêndice 13

Guião de entrevista aos jovens

Pequena introdução onde solicita a indicação o nome, a que organização pertence, desde que data e que cargo ocupa.

- 1- Como vêes o desenvolvimento sustentável?
- 2- Acreditas ser possível atingir uma posição de sustentabilidade na realidade atual de consumo/produção? (modos de vida, valores) E para gerações futuras? -Que medidas considera fundamentais para tentar reverter a situação atual de declínio do planeta? Políticas, sociais, económicas?
- 3- Como vêes a tua participação/contributo nestas associações que promovem o desenvolvimento sustentável?
- 4- Como vêes o papel dos jovens nos processos de ativismo e desenvolvimento sustentável fora de organizações como esta em que estás a participar?
- 5- Como vêes o papel da educação como ferramenta para a promoção do desenvolvimento sustentável?
- 6- Na tua perspetiva, qual é a missão da organização em que te inseres relativamente ao desenvolvimento, no que remete para a educação não formal?
- 7- O que tais organizações fazem pelo conhecimento do ambiente por parte dos jovens? Qual o papel dos jovens nestas ações de educação não formal que esta associação realiza?

Apêndice 14

Protocolo de consentimento informado - Entrevista Semi- estruturada

Eu, _____ aceito participar de livre vontade no estudo da autoria de Beatriz de Matos (Aluna do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa), orientado pelo Professora Paula Guimarães, no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação e Formação.

Compreendo os objetivos principais deste estudo e entendi e aceito responder a uma entrevista que explora questões sobre o desenvolvimento sustentável. Compreendo que a minha participação neste estudo é voluntária, podendo desistir a qualquer momento, sem que essa decisão se reflita em qualquer prejuízo para mim.

Ao participar neste trabalho, estou a colaborar para o desenvolvimento da investigação na área do desenvolvimento sustentável, não sendo, contudo, acordado qualquer benefício direto ou indireto pela minha colaboração. Entendo, ainda, que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade nunca será revelada em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa não relacionada diretamente com este estudo, a menos que eu o autorize por escrito.

(ENTREVISTADO)

Data ___/___/___